



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ata n.º 6/2023

Sessão Ordinária de 26 de abril de 2023

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo Presidente da Assembleia, Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

----- **Lista de Presenças:** -----

21 Deputados Municipais do PS - Carlos Jorge dos Santos Silva Gomes (Presidente da Assembleia), Fernando Pereira Marques (1º Secretário em exercício), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Carlos Manuel Pontes Costa, Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Pedro de Moraes Lobo Martins Julião, Elisabeta-Ecaterina Necker (2ª secretária em substituição), Abel Filipe dos Santos Matinhos, José Miguel Almeida Monteiro, Maria João Carapeto Tavares, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Núria Inês Rey Machado, João Pedro Medeira Cabrita, Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira, José João Magalhães David, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Célia Fernanda Sezinando Cavaco Simão (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), Analídio Correia da Ponte (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião); -----

7 Deputados Municipais do PSD - João Carlos Dias dos Santos, Bárbara Maria do Amaral Correia, Márcio Alberto Morgado Pires Rodrigues, Cláudia Isabel Martins Mendes, João José Paixão Carvalho Ferreira, Francisco André Pereira Rodrigues (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr /Benafim); -----

2 Deputadas Municipais do CHEGA - Sandra Marisa Godinho de Oliveira e Castro, Sandra Margarida de Melo Pereira Ribeiro; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

 1 Deputado Municipal do BE - Carlos José da Silva Martins; -----

1 Deputada Municipal do CDS - Isilda Maria Mendes Guerreiro (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota); -----

1 Deputada Municipal da CDU - Carla Sofia Osório Gomes; -----

1 Deputada Municipal do PAN - Ana Luísa Poeta Simões; -----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, a Vice-Presidente, Ana Machado e os Vereadores, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, David Pimentel, Cláudio Filipe Simão de Lima (em substituição de Rui Cristina) e Fernando Santos.-----

Não esteve presente o Vereador, João Paulo Sousa.-----

Faltou o Deputado Eleutério João Pedro Rocheta do GM do PSD, não tendo sido substituído. -----

Justificou a sua ausência o **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Francisco Ferreira Martins)**, não se tendo feito substituir. -----

O **Presidente da Assembleia** começou por cumprimentar os Deputados, o Presidente Vítor Aleixo e Executivo, todos Cidadãos presentes e aos que acompanham por via digital, bem como às equipas de apoio à realização da Assembleia em língua gestual portuguesa ao audiovisuais e Gabinete de Apoio à Assembleia.-----

Para coadjuvar os trabalhos na Mesa, para desempenhar as funções de 2ª Secretária foi convidada para integrar a Mesa a Deputada **Elisabeta Necker**, perguntando se alguém se opõe, não se tendo verificado qualquer manifestação de oposição.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Ordem de Trabalhos

1- Intervenção do Público

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

Aprovação de Atas

Outros assuntos

3- Período da Ordem do Dia;

- a) - **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**
- b) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 749-2023 [DAF] - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação do ano 2022/Documentos de Prestação de Contas de 2022, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2, do artigo 25.º, e alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; para deliberação;**
- c) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 631-2023 [GAP] - Alteração ao Regulamento de Atribuição de Medalhas de Honra e Mérito Municipal, nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro; para deliberação;**
- d) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 619-2023 [UOSJ] - Desafetação do Domínio Público Municipal para o Domínio Privado Municipal de uma parcela de terreno com a área de 3,400 m2, inserida no Loteamento Titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 2/2009, situado no sítio das Pereiras, Freguesia de Almancil, Concelho de Loulé; para deliberação;**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- d - e) - Proposta da Câmara Municipal n.º 628-2023 [DCMP] - Integração do Café Calcinha na Rota Cultural Europeia dos Cafés Históricos; para deliberação;
- f) - Proposta da Câmara Municipal n.º 730-2023 [GAIQ] - Aprovação do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) 2023-2026; para deliberação;
- g) - Proposta da Câmara Municipal n.º 737-2023 [DELCT] - Projeto de Regulamento do Espaço de Incubação e Acolhimento de Atividades Económicas do Ameixial, tem por objetivos a criação e fixação de Atividade Económica no interior do concelho e enquadra-se nas Estratégias de Desenvolvimento de Base Local, contribuindo para a fixação da população em zonas mais desfavorecidas; para deliberação;
- h) - Proposta da Câmara Municipal n.º 765-2023 [DELCT] - Projeto de Regulamento Municipal para o exercício da Atividade de Caravanismo e Autocaravanismo no Concelho de Loulé, no âmbito da preservação e salvaguarda da paisagem, do meio ambiente, do conforto de quem aqui reside ou nos visita e que por vezes ocorrem, torna-se fundamental regulamentar esta Atividade Turística, garantindo a sua boa integração no tecido urbano e rural do Concelho, preservando o meio ambiente e prevendo a acomodação de todos; para deliberação;
- i) - Proposta da Câmara Municipal n.º 500-2023 [DFP] - Proposta de Fiscal Único da Inframoura - Empresa de Infraestruturas de Vilamoura, E.M – conhecimento do Processo de Fusão por incorporação do Fiscal Único da Inframoura; para conhecimento;
- j) - Proposta da Câmara Municipal n.º 731-2023 [GAP] - Apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do respeito e garantias, previsto no Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98 de 26 de maio), respeitante ao ano de 2022, de acordo com o n.º 2 do artigo 10º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio; para conhecimento;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

- k) - Proposta da Câmara Municipal n.º 768-2023 [DACEC] – Município de Loulé em destaque no Relatório da OCDE sobre desempenho ambiental de Portugal; para conhecimento;

Entrou-se no Ponto 1- Intervenção do Público;-----

O **Presidente da Assembleia**, informou que se iria iniciar o Período de Intervenção do Público, recordando que, nos termos do Regimento da Assembleia, o tempo máximo para cada intervenção seria de 5 minutos. Recordou ainda que nos termos do mesmo Regimento, a intervenção do Público se destinava à apresentação de assuntos de interesse Municipal, bem como à apresentação de esclarecimentos dirigidos à Mesa. -

O **Presidente da Assembleia**, concedeu em seguida a palavra ao cidadão **Filipe Lázaro**, que, cumprimentando todos os presentes, disse que, foi celebrado, na véspera, o 25 de Abril, sinónimo de liberdade. A liberdade de sermos cidadãos de pleno direito e de o podermos demonstrar. É isso que hoje aqui estamos a fazer. A intervenção dos cidadãos na vida pública é um direito que visa fortalecer a cultura democrática e a consciência cívica. Por isso, as instituições públicas devem criar todas as condições à participação cívica e, por inerência, a apoiar através dos meios institucionais, ao seu dispor. Senhor Vereador David Pimentel, a Câmara continua a persistir na ilegalidade e na falta de transparência. Continua a não publicar no seu site e na Intranet do município toda a contratação pública e adjudicação, de dinheiros públicos, entre outros, que é obrigatória por lei. A lei é clara. Para além da obrigação legal de o fazer no Base.gov, tem que o publicitar nas suas plataformas digitais de uma forma fácil, de uso acessível e compreensível. Será que é pedir muito? Tem medo da transparência? Porquê? Venho também esclarecer sobre qual o procedimento da consulta prévia invocado por mim na última Assembleia, como estando possivelmente ilegal. O procedimento tem o número 55310000-6, concorreram apenas duas entidades, ambas do mesmo dono ou com relação de parentesco, o que é proibido. Foi publicado no dia 05/09/2022 no valor de 64.050 €. Feitas as denúncias, cabe a esta Assembleia averiguar das possíveis ilegalidades e, caso estas se confirmem, têm obrigação de as denunciar às entidades judiciais. Fiscalizem. Quanto ao adiar a auditoria, senhor Presidente, a auditoria foi aprovada em reunião de Câmara. Logo é vinculativa. Cabe a esta Assembleia a impor. Existem prazos legais para que uma deliberação aprovada em reunião de Câmara tem para ser executada. Façam o vosso papel, fiscalizem. Sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a sua resposta à denúncia apresentada nesta Assembleia pelo Deputado Bruno Guerreiro, em que os senhores preparavam para fazer desaparecer o único espaço verde da Escola das Hortas, aqui apresento as seguintes considerações: O senhor nunca demonstrou preocupação pela viabilidade económica das centenas de comerciantes da cidade. Nunca demonstrou preocupação pela falta de estacionamento e acessibilidades ao nosso comércio. Nunca demonstrou a preocupação pela falta estrutural que a cidade tem de falta de hotéis de qualidade, que viabilizem a sustentabilidade da cidade e das suas gentes, a médio e a longo prazo. E de repente, virou promotor comercial de um projeto para um restaurante de uma cónsul holandesa, isto a custo do único espaço verde existente numa escola. Esta escola está inserida numa zona de grande tráfego automóvel altamente poluente e o senhor prepara-se para cortar o oxigénio às nossas crianças. Tudo isto para agradar a uma cónsul. O que esta medida revela em si é uma subalternização patética e provinciana de um Presidente de Câmara face à figura de uma cónsul holandesa, mas, acima de tudo, uma falta de consideração pelo bem-estar das nossas crianças e da nossa comunidade. Lamentável e indigno. Quanto à construção da nova Escola das Hortas, houve um erro admitido por si, que custou à comunidade a construção de menos uma sala. Quando se erra, pede-se desculpa pelos danos cometidos pelo erro. Neste caso, à sua comunidade. Não o fez. Registamos e lamentamos. Quando se erra, a única forma de prevenir o erro, que não se volte a repetir, é apurar responsabilidades e punir consoante a gravidade do erro. Já o fez? Quem é o responsável? É imperativo saber. Mais, a mesma continua ilegal, pois não respeita as distâncias mínimas nas extremas com os prédios confinantes. Logo, pode ser embargada. Quem é que vai pagar o prejuízo do embargo aos munícipes, senhor Presidente, é o senhor? Ainda sobre esta escola, a mesma está a ser construída num gaveto exíguo, sem espaço para ali se criarem espaços verdes e de lazer. Deveria ser proibido construir escolas sem espaços verdes. Tudo isto é revelador de incompetência e de falta de planeamento, bem como de sensibilidade para com as necessidades das nossas crianças. Senhor Presidente, esta forma de estar na política e de fazer política, através do exercício prepotente do poder, tem os dias contados. A sociedade civil exige mudanças...

O Presidente da Assembleia, informou o cidadão que faltavam 30 segundos. -----

... queremos e vamos mudar o paradigma dos cargos políticos. Queremos centrar as políticas no cidadão, no bem-estar da comunidade e não no clientelismo partidário, no amiguismo, na promiscuidade entre agentes económicos e quem decide. Podem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

sempre fazer conta que o problema desaparece só porque não ligam, mas não, não vai desaparecer e o escrutínio será sempre maior. -----

Obrigado. Senhor Presidente, eu estou a contar aquilo com o tempo como da última vez, tive oportunidade, portanto, quando eu ultrapassar o tempo, agradeço que me avise. Até lá, eu agradecia que me deixasse continuar se faz favor.-----

O **Presidente da Assembleia**, informou o cidadão que já tinha ultrapassado o tempo concedido e que a maneira como dirige a Assembleia é da sua responsabilidade e não do senhor Filipe Lázaro. Portanto, era do seu entendimento que, para não acontecer aquilo que por vezes acontecia quando as pessoas não gerem o seu tempo, como já aconteceu ao senhor Filipe e depois ter que dizer que o seu tempo já terminou, iria passar a avisar antecipadamente aos 30 segundos, para que as pessoas possam organizar o seu discurso no tempo que lhe resta. Esta é a sua opção, e não lhe admitia que interferisse na maneira como gere a Mesa.-----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e de seguida concedeu a palavra ao cidadão **José Neves**, que, depois de cumprimentar os presentes, afirmou ser do conhecimento público e do conhecimento de Vossas Excelências todos ali sentados, a sua intervenção, bastante indignada na última sessão, levantou alguma celeuma pelo tom, por questionar o estatuto de pessoas de bem, enfim. Isso levou a uma admoestação pública. Achei por bem vir aqui hoje. Aquilo que eu digo, em bom português, pôr as pintas nos "is". Permitam-me, por favor, enquadrar o que vou dizer e que seja entendido também como uma defesa do Estado Português, bem como, de forma mais lata, como uma defesa das suas instituições. Quanto ao tom e à indignação, recorro um património democrático que nos foi legado pelo doutor Mário Soares. Todo o homem que se sente verdadeiramente injustiçado tem direito à indignação. Portanto, a sua indignação é absolutamente legítima. Sobre isto, quero dizer uma coisa acrescida. Eu sinto mais além, dada a gravidade da situação e como chefe de família, chefe de uma família de matriz judaico-cristã que muito prezo, eu não só tenho direito à indignação, mas tenho também o dever. Aliás, mais, eu tenho a obrigação de defender a minha família, de defender as condições de vida da minha família e da sua segurança, da sua saúde, da sua sobrevivência. Naturalmente, claro, usarei todas as ferramentas que estiverem ao meu dispor, naturalmente, claro, dentro das balizas da lei. Quanto ao estatuto de pessoas de bem, meus senhores, esta central, que é um problema na minha vida, Verdasca nasce em 2001, completamente ilegal. Tem de imediato a oposição frontal do Ministério da Economia, que tutelava o setor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025



Inicia a sua laboração em 2002 na mais absoluta ilegalidade. O Ministério da Economia mantém-se em oposição. Ela labora na mais absoluta ilegalidade até 2007. Em 2007, o Ministério da Economia, lamentavelmente atropelado, cede e manifesta disponibilidade para licenciar, desde que haja a garantia de que não há impacto ambiental. Como isso nunca se verificou, a fábrica continua a laborar até 2014, completamente ilegal. Continua em esqueleto e é exatamente isso que acontece a partir de 2014. Eu quero aqui deixar a primeira ressalva. Será que isto é próprio de gente de bem desafiar as instituições? Enfim, isto mais parece um regime anárquico. Em 2014, é vendida, é licenciada em esqueleto, precisamente pelo primeiro Executivo da Sua Excelência, o Doutor Vítor Aleixo. Inicia, de imediato, um processo de expansão completamente à margem da lei. Constato aqui, quatro frentes de ilegalidade, mas por escassez de tempo vou apenas focar numa só. A parcela adjacente nascente, adquirida ao metro quadrado e 100% classificada como RAN, local onde o empresário decidiu construir a sua central, a sua segunda central de betão pronto. Meus Senhores, eu quero aqui deixar uma nota. É praticamente impossível concluir este destaque, desclassificar os solos, integrá-los e emparcelá-los com o território da fábrica, industrializá-los numa atividade tão poluente quanto esta. Eu repito, é praticamente impossível. Estes solos foram entulhados, sofrem um primeiro embargo da DRAP Algarve, não é respeitado e segue em frente, continuam os trabalhos. Parte-se para o licenciamento, o licenciamento é concedido, é mais tarde retirado, o trabalho continua. Parte-se novamente para a obra. São levantados autos pela GNR, não acata e o trabalho continua. Os grandes trabalhos, aqui já em definitivo, para instalar a segunda central, são embargados pela CML. Mais uma vez, não é respeitado o embargo, os trabalhos continuam, é concluída a instalação das tubagens, das cablagens, é concluída a duplicação da cabine de comando. Dei-vos conhecimento do facto. Assiste-se a uma longa paragem e a partir daqui começa o pesadelo de hoje. Apesar da minha denúncia, estão em trabalho, grandes trabalhos de volume, já foram concluídos os silos para inertes, fossa para camiões, foi concluída a semana passada, no fim de semana passada, betonagem numa grande estrutura de betão pronto, a segunda central está em curso. Eu peço a esta Assembleia que fiscalize o que está a acontecer. Eu peço ao Doutor Vítor Aleixo que se inteire do que está a acontecer. Eu não posso continuar a permitir isto. Isto é, provavelmente, crime de prevaricação. Está, inclusive, previsto na lei a prisão efetiva para impedir a continuação da ação. Hipoteticamente, será uma ação criminosa. Hipoteticamente. Meus senhores, será que tudo isto é próprio de gente de bem? O único pedido que vos faço é que pensem e ponham-se no meu lugar. Ora bem, ontem comemorámos o 25 de abril. Não pode poder, quem comemora o 25 de Abril



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

uma vez por ano, com tanta ênfase, permitir no dia a dia um ataque continuado às instituições deste país. Não pode cantar-se Zeca Afonso, “O povo é quem mais ordena” e depois assistirmos a este espetáculo deprimente, em que alguns poucos podem tudo e muitos, muitos outros não podem absolutamente nada, são apenas um número. Não podemos permitir este resvalar da sociedade para uma anarquia. Também aqui continuarei à espera que se cumpra abril. A democracia sempre oferece soluções de mudança desde que sejam para todos. Deixem-me só deixar uma viva a Loulé e às suas gentes. Viva Portugal, viva e que se cumpram os ideais de abril. Muito obrigado a todos. Boa noite. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e de seguida concedeu a palavra ao cidadão **Nicolai Jesus**, que cumprimentou os presentes e disse crer que cinco minutos são mais do que suficientes para aquilo que ali levava. Antes de mais, agradecer esta grande oportunidade por o público se poder manifestar e dar também os parabéns ao município pela bonita homenagem que proporcionou a todos aqueles que puderam estar presentes para desfrutar deste grande acontecimento que é o 25 de Abril. Portanto, muitos parabéns ao município. Eu não estou bem certo que seja aqui o lugar correto, ideal para manifestar aquilo que aqui trago, mas de qualquer das formas, em caso de dúvida, eis que aqui estou. Eu tive oportunidade há poucos dias atrás, de me manifestar numa Assembleia de Junta de Freguesia, e como eu sei que nem todas as competências são única e exclusivamente da Junta de Freguesia, eis aqui estou, acredito eu que aqui talvez também possa ser um sítio onde possa pedir ajuda. A razão pela qual eu aqui estou é para lançar um alerta. Eu sou residente aqui no concelho de Loulé, na freguesia de S. Clemente, no sítio do Areeiro. Eu vivo numa rua que liga, para aqueles que conhecem, o Grupo de Amigos de Ciclomotores do Areeiro, até à zona da Alfarrobeira. É uma rua que eu entendo, por ser nomeada Rua da Fonte, porque comprei uma casa nessa mesma rua, e através da Caderneta Predial assim está descrita, Rua da Fonte. A verdade é que a rua não tem identificação. A verdade é que os espaços envolventes são muito pobres, há entulho, há pessoas que simplesmente passam com carrinhas cheias de entulho e deitam entulho para os cantos da rua. Há postos da luz que estão quase a cair e a impedir a passagem na via pública. A criação de habitação precária e ilegal está a aumentar de uma forma galopante. Uma infraestrutura que creio que está ou foi pensada para 20 ou 30 pessoas, neste momento, a verdade é que tem muito perto de 300 residentes, faz com que os caixotes do lixo estejam de uma forma imunda, perdoem-me a expressão. Estes caixotes do lixo estão precisamente em frente a uma estação de tratamento de saneamento de águas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Eu tive oportunidade de trazer aqui algumas fotografias, porque há fotos que valem mais do que 1.000 palavras. Tem aqui uma estação de tratamento de águas em que o muro está praticamente a cair. Completamente tudo podre, ao abandono. Alguns vizinhos dizem, em tom de chalaça e de brincadeira, que parece quase Chernobyl. A verdade é que é um assunto muito grave e é uma forma muito indelicada de tratar, mas a verdade é essa. Toda aquela zona ali envolvente está muito feia, está muito suja. Há postes da luz a cair como referencieei, a zona urbana está muito má. Muitas pessoas usam esta rua como corte, como corta mato, quem vem de Almancil ou até mesmo de Quarteira para ir para o para o Mar Shopping, usam esta rua agora como corta mato, aquilo tem ali um tráfico que é uma coisa descomunal. Eu, às vezes, fico com medo que me entrem pela sala de estar a dentro, porque as pessoas gostam de acelerar ali um bocadinho. Têm pressa e eu compreendo, mas o que não é menos verdade é que ali a rua não ajuda, porque dá assim um lanço, enfim. Não temos ali uma lomba. Eu compreendo o senhor Presidente da Junta, estimado Presidente da Junta de S. Clemente. -----

O **Presidente da Assembleia**, informou o cidadão que faltavam 30 segundos. -----

Sim, sim, vou, já vou terminar. Portanto, eu só queria lançar aqui um alerta. Tenho plena confiança que o Executivo tem todas as condições para dar aqui uma vista de olhos nesta situação, porque já não são só residentes, são mais, mas há muitos estrangeiros e não se conseguem manifestar nem sabem como. Muito obrigado a todos. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e de seguida concedeu a palavra ao cidadão **Eurico Antunes**, que cumprimentou todos, sem exceção, para poupar tempo e disse movê-lo a intenção de colaborar como munícipe e cidadão interessado no progresso do mundo, do nosso país, do nosso concelho e da nossa freguesia. Assim, a praia de Quarteira está a necessitar, urgentemente, de intervenção que a transporte para a atualidade, rebaixando a cota para o nível que reponha o acesso por escada existente na Praça do Mar é levar a praia ao que era antigamente, aumentando em consequência a sua área, diminuindo o declive atual de acesso à água e dispensando a recarga hidráulica prevista com economia de verbas. Também a colocação dos duches, funcionários e anti vândalo, mantendo os lava-pés de água salgada, integrá-la no calçadão a prolongar até ao passeio das dunas. Bom, isto é uma medida que eu acho, enfim estou a puxar um bocado a brasa à minha sardinha, porque eu moro ali. Então, gostava que a praia fosse, de facto, um primor,

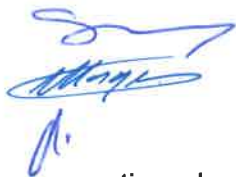


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

mas efetivamente foi muito maltratada. Eu creio que era uma situação ilegal, o transporte das areias do mar para a terra feita pelos banheiros. E agora temos uma praia com um desnível formidável entre o início da praia, que já não tem escada para acesso, porque a escada está toda tapada e que tem outra consequência, que as próprias crianças ao entrarem na água, perdem o pé rapidamente, porque retiraram de lá as areias. Bom, a urgência na construção do mercado por forma a permitir a obra de limpeza das áreas degradadas até às instalações do porto de pesca. A construção urgente do parque de estacionamento subterrâneo que servirá para regularizar o trânsito e estacionamento à superfície. Implementar medidas de controlo do trânsito de bicicletas e trotinetas, por forma a minimizar acidentes. Eu já ia sendo atropelado à saída de casa, porque no passeio circulava uma bicicleta em sentido contrário. E não fui atropelado porque não dei o passo, na altura certa, para ser atropelado. Criar ciclovias que não perturbem o trânsito automóvel e de peões. Parece-me que estão a querer implementar as ciclovias no local onde já existiram naquela Avenida Mota Pinto. Acontece que nessa avenida, até termos o parque de estacionamento, teremos que ter estacionamento automóvel na faixa da direita, mas se metermos aí também uma ciclovia, sobra uma faixa única. Na quarta-feira passada, uma ambulância que queria passar não podia, porque havendo só uma faixa e havendo o trânsito parado, não conseguia passar. Parece-me que essa ciclovia poderia ser construída naquelas vias laterais junto às casas, com um estudo jeitoso, era capaz de ser melhor. Uma outra situação que é o assunto da água e do seu desperdício. Eu vou questionar o senhor Presidente da Câmara, porque no passado dia 7, das 14:00 às 19:00, três bocas de incêndio levaram a deitar a água cerca de 200m³. Ainda não tive a resposta que solicitei ao senhor Presidente da Câmara. A informação técnica que me foi fornecida, deixou-me perplexo, pois, nunca imaginei que me dessem tal lição, uma vez que sou engenheiro desde 1963. A resposta que pretendia era a de saber quem iria suportar o estrago de tanta água. Será, como habitual, o munícipe com os seus impostos ou haverá alguém responsável na autarquia? E tenho dito. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a participação do cidadão e concedeu a palavra ao cidadão **Pedro Velez**, que disse que um dia após terem celebrado a liberdade, que nós podemos novamente falar e da maneira que é cristão, eu li uma frase que diz assim, que é João 8-32, e que diz assim, «concedo a verdade e a verdade vos libertará». E a verdade que eu tenho visto nestas bases, onde começam os partidos, é muito simples. Vi convidarem alguém, um estrangeiro, para o nosso país e ser tratado com honras, alguém que foi eleito de maneira que não pode ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

questionada, alguém que conseguiu destruir a economia do seu próprio país, alguém que negou assinar o repúdio da ONU a um ditador. -----

O **Presidente da Assembleia**, interrompeu para dizer que se tem a ver com assunto do interesse do município iria permitir que continuasse, mas se tivesse a ver com a política nacional e internacional, aquele não era o sítio certo.-----

Foi concedida novamente a palavra ao cidadão **Pedro Velez**, que fez apenas uma única pergunta. Qual dos presentes aqui que não é português ou que não é europeu? Pronto, então é assim se nós há tempos andávamos a dizer Slava Ukraini e andávamos, mudámos as cores do concelho para a azul e amarelo. Se nós fizemos tudo isso e somos europeus e vem alguém de um outro país dizer que não é bem assim, os culpados das guerras somos nós, portugueses, europeus, louletanos, quarteirenses, todos aqui presentes. Como é que a gente pode aceitar? É porque um partido que aplaude de pé esse Presidente, a base dele é aqui, é constituída aqui nas pequenas assembleias, nas de freguesia, nas assembleias municipais. É aqui que começam, é daqui que saem para aplaudir ditadores de pé, e digo ditadores sem medo, porque eu era para estar neste momento no Brasil e não pude entrar lá. Eu tive as minhas redes sociais, tentaram censurá-las. Portanto, eu sou vítima dos abusos que são feitos num outro país. Eu não posso usufruir da fazenda que eu ganhei do meu sogro por causa de um ditador que vocês, do PS, com perdão a quem esteja oposto, aplaudiram de pé neste país.-----

O **Presidente da Assembleia**, interrompeu para perguntar-lhe novamente onde está o interesse do assunto de interesse do município. Está a falar dos seus interesses pessoais num assunto em que nem o Executivo, nem a Assembleia, pode fazer nada, relativamente à sua situação pessoal. -----

Eu faço os possíveis, sempre fiz e vou continuar a fazer, por incentivar que as pessoas venham à Assembleia e participem e que este seja um lugar de livre expressão, de ideias e de opiniões. Mas temos também que nos cingir àquele que é o Regimento desta Assembleia. Portanto, eu peço-lhe que se centre ou que termine, já que deixou seu ponto expresso, ou que daqui para a frente, se cinja, exatamente, a assuntos do seu interesse e do interesse do município.-----

O cidadão **Pedro Velez**, retomou a palavra dizendo que já tinha visto onde estava a liberdade naquela Assembleia e abandonou a mesma, dizendo boa noite.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia**, disse, antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara para os esclarecimentos, referiu que tinha alguns esclarecimentos a fazer ao senhor **Filipe Lázaro**. Na última revisão do nosso Regimento, que está disponível na internet, e no que respeita à chamada defesa da honra, introduzimos uma alteração no sentido de que este princípio se aplicasse também aos cidadãos que aqui vêm usar da palavra. Portanto, no atual Regimento, e contrariamente àquilo que diz na sua exposição, que foi difundida a todos os Deputados, não se verifica já a situação dos cidadãos que aqui vêm não poderem usar da defesa da honra. Portanto, artigo 61.º, se quiser consultar. Naturalmente, que este princípio não pode ser usado apenas para falar mais tempo, sendo necessário que se tenha verificado, efetivamente, expressões ofensivas da sua honra ou consideração, tal como se passa com os senhores Deputados. -----

O esclarecimento seguinte prende-se com a suposta obrigação desta Assembleia em exigir o cumprimento de uma deliberação do Executivo decorrido um determinado período temporal. Aqui não expressou de forma tão explícita, quanto fez por escrito, é normal, mas o senhor diz que o Executivo aprovou uma deliberação, que não cumpriu essa deliberação e que a obrigação desta Assembleia é exigir que essa deliberação seja cumprida, porque já passou o prazo legal. Presumo que seja isso. Muito bem. Em Direito Administrativo (agradeço-lhe também a exposição prévia dos assuntos que permitem uma preparação prévia, uma explicação prévia também), em Direito Administrativo, se uma determinada obrigação ou competência não estiver expressamente prevista na lei, ela não existe, ou seja, ou a deliberação da Câmara Municipal impõe ela própria uma data para ser cumprida, para ser executada ou então a lei geral não obriga a qualquer cumprimento de prazo para a deliberação que foi tomada. Se esse enquadramento legal existe, e uma vez que desconhecemos se tem conhecimento dele e se nos fizer chegar, teremos oportunidade de o analisar. -----

No que respeita à competência de fiscalização das Assembleias Municipais eu penso que, de alguma maneira, se expressou de forma que eu, pessoalmente, e penso que os Deputados também se sentem um bocado de pressionados, como se não estivessem a fazer o seu trabalho. Tenho a dizer que a competência de fiscalização das Assembleias Municipais sobre os Executivos municipais é, essencialmente, política. O enquadramento jurídico da fiscalização das autarquias é naturalmente uma matéria complexa e centra-se, salvo melhor opinião, no Tribunal de Contas, na Direção-Geral das Autarquias Locais e na Inspeção Geral de Finanças. Naturalmente que todos os cidadãos e, por maioritariamente de razão, a todos os Deputados Municipais, cabe



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

um dever geral de denúncia de situações de que tenham conhecimento como aqui já várias vezes foi dito, alertado e solicitado que se informem situações concretas, que a gente lhes dará o devido enquadramento legal. Como algumas das questões levantadas por si são suscetíveis, se não forem esclarecidas pelo Executivo nesta mesma sessão, ou posteriormente por escrito, são suscetíveis de nos levantar algumas questões, irá ser pedido um parecer jurídico à Associação Nacional das Assembleias Municipais para confirmação de alguns detalhes legais. -----

Resumindo, esta Assembleia está em funcionamento há ano e meio. Penso que todos de consciência tranquila, a oposição e o partido da mesma cor do Executivo, todos nós temos feito aquilo que está ao nosso alcance para exercer as competências que nos compete exercer. E a mim, sinceramente, e digo isso como cidadão, não como Presidente da Mesa, não me cai bem que o **Filipe Lázaro**, venha cá tentar dar explicações aos Deputados sobre a maneira como devem ou não devem cumprir as suas obrigações. Mas isto sou eu a expressar a minha opinião como cidadão, que também tenho direito. -----

Em relação ao senhor **José Neves**, também lhe queria dizer o seguinte. Esta Assembleia tem regras e quando recorre a ela, e o senhor tem feito isso por norma e quase sistematicamente, cumpre essas mesmas regras. Mesmo no debate político acesso desta Assembleia, já tivemos alguns, levantamento de voz com o tom que o senhor usou, nunca aconteceu. Independentemente do direito à indignação, independentemente de se perceber o enquadramento emotivo que essas situações podem ter, terá que perceber que eu, como Presidente, não posso nem devo permitir que isso aconteça. Portanto, no que depender de mim, vamos continuar a não ter tom de voz como o senhor usou da outra vez e como nós aqui, mesmo Deputados, nunca usamos. -----

Esta Assembleia estará sempre disponível para o ouvir, como sempre tem feito, em assuntos que, como sabe, a esmagadora maioria deles não são da competência da Assembleia, nem do próprio Executivo. Eu estou a falar no historial daquele ano e meio em que a gente tem ouvido sobre assuntos que, muitas vezes, são de outras entidades. Muito bem, mesmo dos assuntos que são da competência da Câmara Municipal, o senhor tem tido a opção de vir falar aqui e não às reuniões do Executivo, situação que nós também poderíamos questionar dizendo, então, mas se sabe que este é um assunto da Câmara porque é que vem à Assembleia. Como disse há bocado e volto a repetir, faço questão, eu pessoalmente e penso que esse é um espírito nos une a todos, de fazer, efetivamente, com que este seja um espaço onde as pessoas possam vir dizer de viva voz aquilo que as preocupa, aquilo que as afeta, independentemente de alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

pormenores legais sobre se a competência é mesmo daqui ou não é competência daqui. Eu também concordo consigo, em termos gerais, cada vez que há uma injustiça e cada vez que um cidadão do município se sente vítima das instituições, este também pode ser um sítio para vir aqui expor os seus problemas. E foi isso que esta Assembleia sempre fez e sempre ouvimos, naturalmente, como é a nossa obrigação. -----

Caro Professor Eurico, Engenheiro, peço desculpa. Eu evito utilizar os títulos e pronto, já o tratei por senhor várias vezes, e é isso que o senhor é, um senhor. O Eurico que é useiro nestas matérias de vir à Assembleia, e bem, agradecemos e prezamos muito a sua presença. Só tenho um pequeno reparo que é a propósito das regras. Nós já simplificámos o Regimento, aquela coisa dos cumprimentos, já temos uma forma abreviada em que o senhor, na pessoa do Presidente, que não quer dizer que seja eu, a pessoa que estiver aqui sentada, cumprimenta todos os presentes. Isso é uma coisa que está no Regimento que deve ser usado, cada vez que alguém usa a palavra nesta Assembleia deve começar por cumprimentar o Presidente da Mesa e depois remete o discurso para a frente, seja público, Executivo ou Deputados. É apenas um esclarecimento que eu estou a aproveitar pedagogicamente, porque sei que também há pessoas que nos veem em casa e aquilo que lhe estou a dizer agora a si servirá para outras pessoas que possam cá vir e saberão que está simplificada esta questão dos cumprimentos, que às vezes até isso pode tirar a vontade das pessoas de virem. Quer dizer, eu vou lá, mas depois não sei quem é cumprimento primeiro, vou meter ter os pés, não vou. É muito simples, senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. -----

Sobre o último cidadão que aqui veio, se não tivesse tido a atitude de se ir embora, que penso que foi o mais sensato que fez, mas voltamos à minha opinião pessoal, eu iria pôr à consideração da Assembleia se a palavra lhe continuaria a ser concedida ou se deveria ser retirada. É um assunto que manifestamente não está, do meu ponto de vista, no âmbito das nossas atribuições. As pessoas, percebo que também há quem possa vir aqui para usar a difusão pelas redes sociais para fazer o que muito bem entender com a difusão da sua imagem. O senhor cumpriu os regulamentos e assinou a autorização para a projeção dessa imagem. Eu acho é que esta Assembleia não deve servir de palco para quem entender ir dizer mal aqui do Gorbachev ou do Lula, ou seja de quem for, a não ser que tenha a ver, efetivamente, com o nosso concelho. Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara e antes de começar recorde, apenas, e os Deputados também já estão cientes disso, estamos com um novo Regimento já em vigor. Portanto, o tempo que o Executivo dispõe para este período é de 15 minutos. Está ali no écran e começará a contar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Câmara**, solicitou que fosse dada a palavra ao senhor Vereador David Pimentel, nos termos regimentais.-----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, cumprimentando todos os presentes. Rapidamente, partindo para aquilo que é a resposta ao senhor **Filipe Lázaro**. Mencionou na sua intervenção duas ilegalidades e falta de transparência. Primeiro aspeto, mencionou um procedimento de consulta prévia em que foram convidadas apenas duas empresas e que elas são do mesmo proprietário. Primeira nota: os procedimentos de consulta prévia, neste e em todos os municípios do país, são sempre feitos no mínimo a três entidades. É obrigatório, por lei, nem as plataformas de contratação pública permitem que seja feito de outra forma. A consulta prévia em causa, aquela que mencionou, foi efetuada com consulta a três entidades, conforme estipulado na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Contratação Pública. Não há convites endereçados a empresas relacionadas entre si nos procedimentos do município, garantidamente. Foram convidadas três entidades, passo-lhe a referir, até podia ter tido este esclarecimento antes de chegar à Assembleia, se quisesse: Fernando Pereira, Ricardo Cavaco e Órbita de aplausos. A razão de haver duas designações no procedimento que está em visualização no base.gov é porque o mesmo empresário, com o mesmo número de contribuinte, já entrou na plataforma com duas designações comerciais que pertencem ao mesmo número de contribuinte, e é por isso que aparece lá duas designações distintas no mesmo procedimento. Mencionou também a não publicitação no site e na Intranet do município de toda a contratação pública. O artigo 465.º do código de contratação pública, cito “a informação relativa à formação e à execução dos contratos públicos é obrigatoriamente publicitada no portal dos contratos públicos. Este portal obrigatório é o portal base.gov.”. Todos os procedimentos do município estão lá, todos sem exceção acima dos 5 000 EUR, podem consultá-los. As dúvidas, estaremos cá sempre para esclarecer. O site da Câmara Municipal de Loulé partilha, mais do que uma vez, os sites de ligação ao portal, as plataformas de contratação pública que nós utilizamos, que neste momento são duas, a Safety e a Vortal, estamos a migrar para a plataforma Vortal que, por sinal, hoje houve uma ação de formação com dezenas de empresários e Juntas de Freguesia para, precisamente, facilitarmos o acesso às plataformas de contratação pública. E vou ser rápido, Senhor Presidente, eu sei que temos pouco tempo. Sobre a questão da transparência que colocou. Você, no ofício que nos fez chegar ao Executivo à meia-noite de ontem, ou no início do dia de hoje, mencionava que tinha uma empresa de advocacia de relevo nacional e enviou anexo um documento em que menciona a página



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

número 10. Pois vou-lhe dizer que, nessa página número 10, não há em nenhum momento, uma explicitação da obrigatoriedade de publicitar os procedimentos de contratação pública no site da Câmara, apenas faz uma menção, avisos sobre os procedimentos pré contratuais mais relevantes, esses sim, devem estar no site e estão no site se você for ver. Também lhe digo mais, até 2019 havia a publicitação dos concursos públicos, apenas dos concursos públicos desta casa e deixou-se de fazer, porque não faz sentido replicarmos a mesma tarefa duas vezes. Agora, imagine ter um funcionário público e se calhar, você estaria a dizer exatamente o contrário, se soubesse, a publicitar na página da intranet o concurso público e no portal base.gov o mesmo concurso público. Ora, se a informação legal obrigatória está num portal que é de acesso a todos, universal e legalmente obrigatório. É assim, sim senhor. E olhe, vou-lhe dizer mais, na Câmara Municipal de Loulé temos uma excelente equipa que trabalha há dezenas de anos, especializada na contratação pública. São os primeiros a zelar pelo escrupuloso cumprimento da lei e o senhor mencionou aí que temos medo da transparência. Olhe, palavra de honra, custou-me ouvir isso, senhor Filipe Lázaro, passamos na rua todos os dias, alguma dúvida que você tenha, a minha porta e de todas estas pessoas que aqui estão ao meu lado, está sempre aberta. Medo da transparência, nunca. Medo de ser esclarecido, se calhar o senhor tem, porque se há meses atrás, porque você interpelou-me diretamente e é por isso que eu estou a falar assim, peço desculpa senhor Presidente, mas, quando o senhor me interpela diretamente, sabendo perfeitamente que pode esclarecer antes de chegar a esta casa, porque há meses atrás eu disse na Assembleia que era impossível haver um concurso público, uma consulta prévia com consulta a duas empresas, e reitero aqui que é impossível por lei, e jamais seria feito na Câmara Municipal de Loulé, se ficou com dúvida, já há meses atrás, quando estive aí, por favor, sinta-se à vontade para entrar na minha porta. A minha porta é de todos. Eu trabalho para os munícipes deste concelho com muito gosto. Peço desculpa pela minha exaltação, é só porque eu sinto que quando queremos ser esclarecidos, há formas mais corretas de o fazer.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que continuou a responder, portanto, às questões suscitadas pelo cidadão Filipe Lázaro. E queria, de uma vez por todas, relativamente à auditoria, que é um tema que não há Assembleia Municipal nenhuma que tenha havido, praticamente não me recordo que não tenham levantado essa questão. Na reunião do Executivo Municipal a mesma coisa e, portanto, vou dizer para que fique claro o seguinte: nós, até hoje, não iniciamos o processo para contratar no mercado uma auditoria, por uma razão e precisamos de clarificar isso. É que, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

todos sabem, foi feita uma queixa ao Ministério Público, aliás, esse assunto já veio aqui à Assembleia, e há uma investigação a decorrer. Portanto, o Ministério Público, a Polícia Judiciária estão a investigar a denúncia que foi feita, que surge na sequência de uma reportagem na imprensa, através de um órgão de comunicação nacional e através de um canal de televisão, onde o senhor aparece ali como figura central e, portanto, a partir daí, desencadeou-se uma ação do Ministério Público e eu pergunto aos senhores que melhor, que melhor averiguação se cumprimos ou não a lei, do que está a ser empreendida pelo Ministério Público. Portanto, enquanto não soubermos os resultados do trabalho do Ministério Público nós, de certeza absoluta, que não iremos contratar nenhuma auditoria externa, portanto, à contratação na Câmara. Portanto, espero que tenha sido claro na resposta que dei. Esta é a razão, a única razão, a única razão pela qual até agora, uma decisão que foi tomada em novembro do ano transato, nós ainda não iniciámos. Vamos aguardar o trabalho da entidade que, neste momento, como disse, está a fazer o seu trabalho e depois, em função daquele que for o resultado e quando tivermos conhecimento, havemos de decidir e os senhores irão na altura, com certeza, saber. -----

Relativamente ao espaço escolar, também para que fique muito claro, o que houve foi, de facto, uma proposta que surgiu de investimento, que eu tenho a liberdade de classificar os investimentos que os investidores querem fazer no nosso concelho, alguns, enfim podem ter um impacto mais significativo do que outros, até pela sua escala, pela sua dimensão. Aquele investimento, eu tenho direito a ter opinião, como autarca, era um investimento que iria contribuir para a regeneração de uma área da cidade de Loulé que se encontra, há muitos anos, a precisar de medidas que tragam regeneração urbana, como tem existido noutras zonas da cidade, aquela está carente disso. E nesse sentido, mandei estudar a hipótese de fazer uma ligação, uma passagem pedonal junto ao limite do recreio da escola. Portanto, não se trata de sacrificar os espaços verdes da escola, sacrificar o recreio das crianças, de lhes retirar o oxigénio. Há, manifestamente, um grande exagero da parte de quem assim se exprime e os senhores têm sistematicamente exprimido dessa maneira, de uma forma muito exagerada, que quem nos ouve ou vê, que não conhece a situação, dá impressão que aquilo iria ter um impacto muito negativo. Eu mandei estudar o assunto. Houve arquitetos que se deslocaram e fizeram um estudo. Entretanto, os senhores souberam, portanto, sabe-se, portanto, aquilo que se faz hoje dentro da Câmara, não é, nós não trabalhamos em caixinhas fechadas, as coisas de um momento para outro, hoje, com os meios de comunicação que existem, tudo se sabe e os senhores souberam e começaram a questionar uma coisa que nem sequer tinha havido qualquer decisão da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

parte do Executivo, os senhores começaram logo a questionar a Câmara, a dizer que nós íamos fazer, a dizer que íamos sacrificar o recreio da escola, trataram de criar um clima tal, falaram aqui em vir aqui com os pais e fazer um abaixo assinado. Eu disse, ponto final, não se faz mais nada, não se faz mais nada ali e comuniquei a quem devia comunicar, ao senhor diretor da escola do agrupamento escolar e disse-lhe que, por esta e esta razão, isto está a suscitar, para já, muita distorção na opinião pública, não é verdade aquilo que se está a dizer e, portanto, não vai mais haver ali qualquer tipo de intervenção. Embora eu considere que, provavelmente, poderia ser um contributo importante para regenerar uma área que está manifestamente degradada ali naquela área da cidade de Loulé. Mas, enfim, como as coisas correram mal, os senhores não ajudaram àquela que podia ser uma boa decisão, não ajudaram nada disso. Aliás, entendo eu que, tem-se direito ao ponto de vista que têm, não é, que é podíamos ter ali uma oportunidade de requalificar aquele recreio das crianças, acrescentar mais qualquer coisa, sem sacrifício de nada de realmente importante. Sim, é a minha opinião, tenho direito a essa opinião, porque temos um estudo feito. O recreio da escola é, apesar de tudo é muito significativo. Sobre isso, e para que fique claro, não há esse assunto, não há intervenção nenhuma. -----

Depois, queria ainda dizer sobre a escola, houve um erro, não é de implantação, houve um erro do levantamento topográfico, houve um erro do levantamento topográfico e, portanto, foi corrigido antes da obra se iniciar, mas já era tarde. O procedimento estava a ser feito e tivemos que, de facto, sacrificar uma sala de aula, eu já assumi isso aqui publicamente. Isso pode acontecer, não é a primeira vez que acontece. Já assumi isso aqui, publicamente. Não foi cometida nenhuma ilegalidade, quem trabalha, pode errar e nós ali erramos. Eu já assumi a responsabilidade do erro, mas o que resta é que vamos ter, apesar do erro, e eu lamento naturalmente, mas aconteceu, nós vamos ter ali salas para cerca de 175 alunos e, portanto, mais vale avançar com a construção da escola do que levar mais um ano e meio a voltar ao projeto inicial que tínhamos, que compreendia a construção de mais uma sala de aula. E, portanto, o concelho de Loulé, felizmente, é muito dinâmico, há coisas que estão ainda a continuar a construir-se, a desenvolver-se e vamos encontrar mais salas de aula noutras escolas que estão por construir. -----

Voltando ainda à questão anterior, eu quero dizer que a investigação do Ministério Público está, como aqui foi dito na Assembleia Municipal, em segredo de justiça, portanto, não faz sentido um processo que está em segredo de justiça, agora misturarmos aqui uma auditoria. Aliás, foi dito aqui publicamente, o senhor Presidente, que eu lembro-me muito bem, esclareceu isso aqui perante todos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Por último, julgo é a questão do senhor **José Neves**. O que lhe posso dizer é que o senhor fez uma queixa no dia 21.04, que havia obras que, eventualmente não estariam autorizadas, fez essa queixa no dia 18, no dia 21 mandámos lá a fiscalização e levantámos o respetivo auto de notícia, a somar a outros que já existem e, portanto, nós estamos a fazer aquilo que se impõe. É um processo que vem desde, repare este processo, como o senhor disse e o senhor conhecerá muito bem, vem desde 1993, não é um processo linear, não é um processo fácil. Esta questão daquela central de betão, que iniciou-se em 1993 é um processo complexo como, aliás, acabou de dizer e, portanto, nós estamos a ver, mas aquilo que nós, na sequência das suas queixas, nós detetamos que é ilegal, nós imediatamente mandámos a fiscalização, mandámos parar as obras, que é isso que temos feito e foi aquilo que fizemos com a sua queixa do dia 18 e que, imediatamente, a fiscalização esteve lá no dia 21.-----

Quero apenas dizer ao senhor Nicolai Jesus que nós vamos ver as situações todas que nos apontou, nós vamos mandar lá os serviços municipais, alguma coisa será melhorada. Vamos falar com o senhor Presidente da Junta, que deve conhecer bem a situação e vamos, com certeza, ter lá uma intervenção. -----

O Presidente da Assembleia, procedeu à apresentação do **ponto seguinte**: -----

2 - Período de Antes da Ordem do Dia; -----

Aprovação de Atas; -----

Outros assuntos; -----

Apresentação, debate e votação sobre Propostas, Moções de Atualidade e Urgência; -----

O Presidente da Assembleia, informou não haver atas para aprovar e sobre o expediente recebido disse que os líderes de bancada receberam uma comunicação da Escola Secundária de Loulé relativamente ao pedido de clarificação referente às afirmações feitas pelo Deputado Vítor Coelho relativamente àquela escola. Penso que os Grupos Municipais terão difundido pelos Deputados. Eu, de qualquer maneira, faço uma breve súmula do esclarecimento da diretora da escola: A afirmação do senhor Deputado está em parte correta, a Escola Secundária de Loulé não liga o ar condicionado nas salas, a não ser quando tal é solicitado. Durante a pandemia, houve indicações claras para que as aulas fossem lecionadas com as janelas abertas, de acordo com o exposto no referencial Escolas – controlo de transmissão de Covid em meio escolar. Neste momento, com a revogação do referencial pela orientação 3-22,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de 15 março, a lecionação não terá de ocorrer desta forma a não ser que o professor considere necessário e justificado por alguma situação em particular. A afirmação de que existem salas premium, como a sala dos professores e a secretaria que têm ar condicionado. A afirmação é totalmente destituída de qualquer correspondência com a realidade. A diretora convida o senhor Deputado a visitar a Escola Secundária de Loulé, a qualquer hora, sem aviso prévio, para que possa verificar se existem salas premium. Afirma que os professores referem que esta situação se deve à transferência de competências da educação para o município, que leva a que não haja dinheiro para pagar as faturas da luz. Tal como o senhor Presidente da Câmara Municipal de Loulé esclareceu, o valor das transferências é igual ao valor que o Ministério da Educação transferia para a escola, pelo que a transferência de competências não contribuiu para esta situação. Afirma que o montante usado para dotar a escola de ar condicionado foi muito elevado, pelo que os alunos deveriam tirar partido dos benefícios desse investimento. A diretora concorda com esta afirmação, pelo que, sempre que necessário, o ar condicionado é ligado. Mais se esclarece, este ano letivo só houve um pedido para que fosse ligado o ar condicionado, o qual foi atendido. A diretora estranha o facto de nunca ter chegado à direção da escola qualquer reclamação dos pais ou alunos da Escola Secundária relativamente à questão do funcionamento do ar condicionado e esta tenha sido remetida para apresentação em reunião da Assembleia Municipal contrariamente, ao que é um hábito muito saudável nesta escola, onde os assuntos são apresentados à direção para que possam ser resolvidos em sede própria ou nas reuniões habituais que a diretora realiza com os Encarregados de Educação e com os alunos. O senhor Deputado deverá saber que tem havido algumas situações em que os alunos acionam o alarme de deteção de incêndio, facto que a escola tem tentado impedir, através da presença assídua de funcionários nos corredores o que condiciona o funcionamento dos sistemas AVAC e de ar condicionado. Sugere-se também aos alunos que tragam roupa adequada à estação, especialmente no Inverno. Deste modo, não há qualquer relação entre a transferência de competências e a não ligação dos sistemas de ar condicionado. As dificuldades de pagamento das faturas de eletricidade e a decisão de ligar os sistemas de ar condicionado, quando tal é solicitado, são anteriores à transferência de competências e nada a autarquia contribuiu para que tal acontecesse. A diretora aproveita para convidar os membros da Assembleia Municipal de Loulé para uma visita à Escola Secundária de Loulé, para que uma breve apresentação do serviço educativo que é disponibilizado nesta unidade orgânica, assim como para que possam conhecer as características desta escola e do edifício onde agora funciona. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Recebemos também o ofício da família do falecido Comendador Rui Nabeiro, quer da Delta Cafés, quer da família Nabeiro a agradecer os pêsames endereçados por esta Assembleia.-----

E, por fim, informar-vos que a Associação Nacional das Assembleias Municipais, em colaboração com a Porto Editora, elaborou um curso de literacia política e cidadania com o objetivo de apoiar a capacitação dos eleitos locais sobre os temas em causa. Este curso em formato e-learning foi pensado e direcionado sobretudo aos eleitos dos vários municípios que a ANAM grega, mas também destinado ao público em geral, proporcionando o conhecimento indispensável para a relação entre eleitores e eleitos. Foram enviadas licenças de acesso gratuito ao referido curso para distribuição aos membros desta Assembleia. Estas licenças estão disponíveis no PDF Anexo, contendo as instruções de acesso ao curso pelo prazo de um ano, bem como o código de validação. Foi sugerido que fosse entregue à Mesa, a um representante de cada grupo político e os restantes distribuídos de acordo com o nosso critério. Esta iniciativa pretende dar um contributo para a capacitação dos eleitos e, desta forma, contribuir para uma democracia mais livre e informada. -----

É evidente que um exemplar será para cada Grupo Municipal e, eventualmente, um, pensa que serão 10 no total, para cada Escola Secundária e um para a Mesa. Portanto, seria mais ou menos essa intenção da distribuição destas senhas e depois, pontualmente, podemos negociar com a ANAM o fornecimento de mais algumas, se virmos que é necessário. Aquilo que se sugere aos Grupos Municipais é que atribuam um único perfil, como é o que está previsto e depois façam circular esse código pelos diversos elementos que os compõem. Portanto, penso que não poderá haver mais do que uma pessoa ao mesmo tempo, que terão todos que entrar com o mesmo com o mesmo código e o mesmo utilizador. -----

Relativamente a requerimentos dos Grupos Municipais, estava por responder um requerimento sobre o estado de caminhos na freguesia de São Clemente que, por ser muito pesado, quando eu reencaminhei para o Executivo, não me apercebi que ele não seguiu por causa do peso das fotografias. Quando perguntei como é que estávamos de resposta, verificámos que ele não tinha seguido. Portanto, foi enviada uma segunda via e a resposta já chegou. -----

Foi pedido também à Associação Nacional das Assembleias Municipais um pedido de esclarecimento sobre a eventual incompatibilidade da função de Deputado Municipal relativamente ao Deputado, em substituição, Hugo Martins e que estamos a aguardar que venha o esclarecimento da Associação Nacional de Municípios. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Passando às Moções, foi recebido, no início desta sessão, um Voto de Pesar da CDU pelo falecimento de Manuel Vitorino Barreto Lamy, que foi distribuído aos líderes de bancada. A Mesa considera que este voto de pesar, de facto, que se impõe, é atual, é urgente e é oportuno, pelo que daria a palavra às bancadas para que se pronunciassem. Penso que não quanto à sua aceitação, mas caso queiram dizer alguma coisa antes de o pôr à votação. Como não houve tempo de o fazer chegar a todos os Deputados vou passar a lê-lo: -----

Voto de Pesar “Pelo falecimento de Manuel Vitorino Barreto Lamy”; do GM da CDU. (Anexo A da presente Ata).-----

Voto de Pesar: “A CDU de Loulé lamenta o falecimento de Manuel Vitorino Barreto Lamy, reconhecido dos louletanos pela sua inesgotável e impressionante capacidade de trabalho desde muito menino, calcorreando ruas, vilas e cidades, apregoando jornais e vendendo lotaria. Reconhecido dos louletanos pelo seu espírito altruísta, acreditando que os prémios da venda das suas lotarias poderiam ajudar a resolver situações económicas difíceis e, simultaneamente, trazer dinheiro para o concelho. Reconhecido pela alegria que punha nas festas populares, de que era o primeiro participante, com a dignidade que as cerimónias exigiam. Basta recordar as suas participações nas festas religiosas da Mãe Soberana e foi nesta época de celebrações que nos deixou. Teve nos seus últimos anos de vida o apoio da prestigiada organização louletana da Santa Casa da Misericórdia. Paz à sua alma. A CDU de Loulé deixa aqui a sugestão da atribuição do seu nome a uma rua de Loulé e de Quarteira, vilas e cidades que ele tanto percorreu e que tão bem conhecia.”-----

O **Presidente da Assembleia**, perguntou se a CDU estava disponível para que outros Grupos Municipais a subscrevam e se os restantes Grupos Municipais pretendiam subscrever a moção da CDU.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que afirmou que com certeza, não poderia nunca ser de outra forma, com este amigo que andou por aqui, a calcorrear as ruas, a vender a lotaria e que muito nos diz. Enfim, o nosso muito obrigado. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que cumprimentou os presentes. Disse que com certeza, trata-se de uma referência louletana, uma pessoa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

de bem e contará, com certeza, com o nosso voto favorável, com certeza.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que cumprimentou os presentes e afirmou que, obviamente, estavam de acordo em se associarem.-----

Foi em seguida concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que cumprimentou os presentes e declarou que estavam inteiramente de acordo com a proposta da CDU e que a subscreviam na íntegra.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que cumprimentou o processo e afirmou que, obviamente, a bancada do CDS se associa ao voto de pesar. O senhor Lamy era uma referência nesta terra, todos o conheciam. Eu tenho memórias especiais da minha infância em Loulé, que sempre o ouvimos todos os dias. É óbvio que teremos todo o gosto. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que, cumprimentando todos os presentes, disse que era com muito gosto que subscreviam o voto de pesar da CDU.--

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que cumprimentou todos os presentes e declarou que Lamy fez parte da história do concelho. Acho que não estará ninguém aqui presente nesta sala que não se recorde das suas vendas de lotaria, das suas comemorações fervorosas da Mãe Soberana. Realmente, Lamy faz parte da história do concelho e o nosso voto de pesar, e de modo a homenagear Lamy, solicito que esta Assembleia preste um minuto de silêncio, seguida de uma salva de palmas. Muito obrigada.-----

O **Presidente da Assembleia**, propôs que passassem desde logo à votação nesse sentido. -----

Foi posto à votação **Voto de Pesar “Pelo falecimento de Manuel Vitorino Barreto Lamy”**; do **GM da CDU**, tendo sido **aprovado por unanimidade**, tendo sido realizado um minuto de silêncio, seguido de uma salva de palmas. -----

O **Presidente da Assembleia** continuou informando que deram entrada e foram distribuídas três moções. As referidas moções não deram entrada dentro do prazo previsto no novo Regimento, o qual prevê que seja possibilitando a sua distribuição até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

quatro dias úteis antes do dia da sessão. No entanto, e considerando o facto de ser a primeira Assembleia Municipal em que o Regimento está, efetivamente, em vigor, a Mesa não se opõe a que, apenas considerando este facto, e apenas desta vez, as moções sejam aceites, discutidas e votadas. Possibilitando a sua distribuição até quatro dias úteis antes do dia da sessão, é o que está escrito no Regimento, que as moções fossem aceites, discutidas e votadas. -----

Passou-se ao ponto seguinte, a apresentação da **Moção do GM do PSD** sobre **“Cheque-Livro para jovens do Concelho”** (Anexo B da presente Ata). -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, informando que, relativamente à Moção Cheque-Livro para os jovens do concelho, ela foi entregue às bancadas. Entende-se, realmente, que o objetivo é propor a nível dos jovens que no ano civil, que completem 18 anos, que possam ter acesso a, efetivamente, um cheque livro no valor de 80,00€ para que possam consumir, digamos assim, em estabelecimentos a serem determinados pela Câmara. Assim, para que possamos aumentar o nível de literacia dos nossos jovens e que será, de facto, algo benéfico e que nós vemos com muito interesse, numa altura em que é necessário, realmente, que se comece e que se dê mais importância a esta questão, dos jovens na leitura e que eleva as questões do desenvolvimento do pensamento crítico. E acreditamos que o concelho de Loulé, neste ponto, pode realmente ter aqui uma palavra a dizer através deste cheque-livro. E pronto, deixamos à consideração das restantes bancadas esta Moção.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que afirmou concordar com a ideia. A leitura de livros é sempre boa e aconselhável, mas não percebemos bem a oportunidade. O PSD tem uma noção errada de cultura. Melhor dizendo do acesso à cultura, pois entende-se que só quando atingida a maioria, os jovens podem ser apoiados no acesso à leitura dos livros. Por exemplo, sobre a história do mundo ou sobre a sexualidade e, nesse sentido, discordamos e não entendemos o porquê de ser limitativa a quem faz 18 anos. E por que não a todos os jovens em idade escolar ou até extensivo aos do Ensino Superior? É o que está escrito na proposta e entenderíamos melhor se fosse proposto um cheque cultura, como já existem nalguns municípios, muito mais abrangente. Obrigado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, declarando que a moção do PSD obviamente, terá o seu apoio, porque é sempre importante promover a leitura dos jovens que cada vez mais estão agarrados aos grandes ecrãs, aos telemóveis e tudo o resto e acabam por chegar ao final de um curso superior sem ter pouco mais lido do que os manuais que lhes são “obrigados”. O comentário do colega do Bloco de Esquerda também faz sentido para esta bancada, porque não associarem-se as restantes bancadas e fazer esta proposta passar com algumas alterações que queiram contribuir? Podem colocar essa questão à bancada do PSD. Não sei se haverá oposição. Até porque, sendo este Executivo, desta Câmara Municipal sempre bastante apoiante da literacia dos jovens, em que têm contribuído com os livros escolares não obrigatórios, acho que isto seria mais um passo importante e a colmatar alguma lacuna que haveria aqui nesta matéria, seja antes dos 18, seja depois dos 18. O importante é fazer as crianças e os jovens a gostarem da leitura. Cada vez mais é quase uma obrigação. Obrigada. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Maria Esteves (PS)**, que cumprimentando todos os presentes, disse que, do ponto de vista do conteúdo, concordam com o que é proposto. Concordamos com os considerandos que aqui estão previstos. Propunham, num primeiro momento, à bancada do PSD, que apresenta esta moção, que passasse de moção a recomendação e que é aqui, logo no primeiro ponto, se alterasse aqui uma pequenina coisa que é “propor à Assembleia Municipal que recomende ao Executivo da Câmara Municipal para que proceda à criação de um cheque-livro no valor de 80 EUR, a ser atribuído aos jovens no ano civil que completem 18 anos, a utilizarem em livrarias aderentes identificadas pelo município, para livros recomendados pelo Plano Nacional de Leitura”. É esta a nossa proposta, num primeiro momento. O PS propõe ainda e um bocadinho à frente disto, que é, que se vá pensando, como sabemos nós temos no ensino, não no Primeiro Ciclo, mas nos outros níveis, temos as chamadas obras de leitura integral, os velhos Os Maias, por aí fora, que andam por aí e que são à volta de 40. Num concelho que, de facto, foi pioneiro na oferta dos manuais escolares, faria sentido se calhar ir pensando, recomendar que, progressivamente, se pensasse oferecer estes livros de leitura integral, que é um termo utilizado no meu tempo, dizia-se obrigatório, em todos os níveis de ensino, ou seja, desde o 5.º ano de escolaridade até ao 12º. É a nossa proposta final. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu tratar-se de uma proposta de passagem de moção a recomendação com aquela alteração de texto.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, dizendo concordar com o princípio da moção. É importante, sim, incentivar a leitura, mas não a partir dos 18 anos. A leitura deve ser incentivada desde que a criança nasce até já quando está na nossa barriga, nós já comprámos, já começámos a comprar livros para nós, mães, e também para depois poder ler aos filhos. Eu fiz isto com a minha filha desde muito, muito cedo, não foi um milagre, porque ela também gosta de telemóveis, não gosta só de livros. Mas eu fiz o meu papel e ajudou, de facto, um bocadinho e acho muito importante que se incentive cada vez mais a leitura, mas lá está desde cedo, não desde os 18 anos, mas desde que eles começam a achar piada às imagens e devo dizer que ela gostava tanto que até lia os livros de cabeça para baixo e fazia de conta que ia dizendo o texto. Pronto e foi, de facto, uma fase importante e o princípio, em si, da moção, concordamos em absoluto. Nós temos aqui algumas questões a fazer porque acho que a moção não está bem conseguida nesse sentido. Perguntamos por que não a todos os jovens, porque não desde cedo. Em minha opinião, acho que até as crianças têm direito, se calhar, os pais a terem um cheque-livro para oferecerem às crianças. Vocês falam em jovens de 18 anos, quais são os jovens de 18 anos, estudantes, não estudantes? E que tipo de livros é que seriam comprados, neste caso na vossa moção? Estou a falar em relação à vossa. Por que seria o Executivo a escolher as livrarias? Qual o critério para escolher essas livrarias? E devemos lembrar também aqui à bancada do PSD que quando nós, aqui a bancada do Chega, deu a ideia de se dar os materiais escolares gratuitos para todos os jovens do concelho de Loulé essa ideia foi por vocês, o voto foi a abstenção. Como eu disse, nós concordamos com o princípio da moção. Achámos que não está conseguida nos moldes em que deveria estar. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Bárbara Correia (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes e respondeu às questões que lhes foram colocadas. A primeira questão do, aqui ninguém quer limitar nada, portanto, isto é, um primeiro passo. Foi pensado por isto e devo dizê-lo, porque tenho que dizer, que nos apresentou esta moção e disse que queria que fosse apresentada, foram os jovens da JSD. E, portanto, são os jovens que pensam nisso, são eles que sentiram essa necessidade e, portanto, dizer que nós não compreendemos, estamos a falar de jovens, isto foi redigido por eles e para que possa ter legitimidade, naturalmente, teve que ser apresentada como moção do PSD. Esta questão dos 18 anos é, eu acho que todos nós, quando fazemos 18 anos, temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

o direito ao voto e temos o dia da Defesa Nacional, é quase como um marco e foi nesse sentido que os jovens pensavam, eu faço 18 anos e tenho direito a um cheque-livro para comprar livros. Portanto, é um bocadinho nesse sentido. Obviamente que não nos opomos, em momento algum, que se alargue a todos os jovens. Isso para nós é um cenário incrível. Isto foi apenas um primeiro passo, um primeiro começo, um abrir caminho. Quanto às sugestões do PS, acolhemos, naturalmente, são muito bem-vindas e concordamos que os livros sejam, efetivamente, do Plano Nacional. Acho que é aqui um ótimo acrescento à mesma. Portanto, é isto, eu creio que esclareci. Não sei se há alguma questão que me falhou, por favor digam. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que disse considerar a ideia é extremamente interessante. Eu já conhecia nos outros moldes, porque ela foi apresentada pela Associação Portuguesa de Autores e Livros, em 2022. E também, tinha, realmente, esta questão dos 18 anos. E porquê? Até porque eu em casa tenho um miúdo de 18 anos e se nós não os agarrarmos antes dessa idade, acho que depois fica muito difícil. Relativamente aos livros do Plano de Leitura, também me parece interessante, sim, mas acho que a opção do jovem escolher um livro ao gosto dele e não lhe seja imposto, também poderia estar aberto. Muitas vezes, eles não leem exatamente porque o livro lhe foi imposto e não porque tiveram essa opção de escolha. Portanto, nós consideramos que a proposta é extremamente interessante, mas gostaríamos, se calhar, uma outra recomendação, que o incentivo fosse ao conjunto da cultura e não apenas só a livro, porque nós consideramos que a proposta tanto pode vir a servir ao incentivo do consumo do livro e da cultura, mas depois também terá uma outra perspetiva que terá a ver com a economia circular e que, respondendo, se calhar ali, à bancada do Chega, não é muito difícil o município escolher as livrarias, porque só duas ou três. E se calhar se começarmos a ter mais miúdos a ler e mais oportunidades de ler, se calhar há pessoas que, eu lembro que quando vim para Loulé havia uma livraria, e agora tenho que ir a Quarteira ou à FNAC. -----

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu que a Moção do PSD fala em livrarias aderentes. Ou seja, presumo a abertura de um procedimento, um convite, a que as livrarias interessadas aderem a esse programa. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Pedro Julião (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e lembrou que, hoje em dia, pôr-se a questão só do livro físico poderá não ser, ou seja, esse cheque poderá ser para comprar livros em formato digital, para ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

usado quer num Kindle, quer num IPAD e não só um livro físico. Era só essa a questão.

Foi posteriormente concedida a palavra à Deputada **Maria Esteves (PS)**, afirmando que ainda bem que era uma Moção escrita pela JSD. Era sempre um prazer, como é evidente, ver a Juventude a tomar iniciativas e questionou se consideravam a proposta de passagem de Moção a Recomendação. Em relação à questão colocada pela Deputada Ana Poeta, o Plano Nacional de Leitura é riquíssimo. Eu tive o cuidado de verificar que só dos 15 aos 18 anos nós temos uma margem de escolha de 2 263 livros. Portanto, parece-me que está garantido o panorama. Parabéns à JSD pela apresentação da Moção.

O **Presidente da Assembleia**, esclareceu haver a proposta de passar a Moção a Recomendação e que os livros sejam do Plano Nacional de Leitura. Portanto, esta é a proposta que neste momento está em cima da mesa. E daquilo que eu percebi de outras intervenções, penso que poderá haver aqui base, ou em sede de Conferência de Representantes, poder ser analisada e estudada uma outra que possa ir mais além nalguns aspetos. Agora ficaria a questão dos 18 anos, até em termos simbólicos, com esta alteração proposta pelo Partido Socialista. A moção passava de moção a recomendação e no penúltimo parágrafo “propor que a Assembleia Municipal de Loulé recomende ao Executivo da Câmara”. Utilizar as livrarias aderentes identificadas pelo município, relativamente a livros recomendados pelo Plano Nacional de Leitura, a acrescentar na última linha do primeiro parágrafo no fim.

A Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, questionou o porquê. A questão que se coloca aqui é porquê do Plano Nacional de Leitura? Porque não pode abranger a generalidade?

O **Presidente da Assembleia**, disse que poderia dizer que o âmbito da literatura, é de tal maneira vasto, que poderíamos estar a subsidiar a leituras nada convenientes.

A Deputada **Maria Esteves (PS)**, disse que, entre os 15 e os 18 anos, eu não sou muito boa em matemática, mas acho que a conta não está errada que fiz, são 2 263 obras, entre literatura portuguesa e literatura estrangeira.

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, pediu desculpa pela insistência. E porque não ser um livro simplesmente que o jovem tenha gosto em ler ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

uma opção só pessoal dele, independentemente de estar no PNL ou não? Pode ser um livro que, de facto, não conste no PNL. O que interessa, neste caso, é eles terem acesso à literacia, que aos 18 anos eles já gostam de ler ou não gostam, não é? Não vai ser aos 18 anos que vão começar a gostar de ler, também não sejamos hipócritas, o incentivo à leitura tem que começar desde cedo. Mas em questão de eles terem acesso a um livro de que eles gostem, seja em que matéria for, acho que devia ficar ao critério de cada jovem. Mas essa é a opinião da bancada do CHEGA. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, dizendo que, segundo percebeu, o Plano de Leitura compreende jovens dos 15 aos 18. Aqui, a Juventude Social Democrata achou que só aos 18 anos é que era o indicado, é uma espécie de prémio de maioridade. Nós discordamos, não, não, alinhamos neste tipo e, muito menos, que nos imponham, determinar obras de determinado plano. Acho que os jovens devem ter obrigação de saber o que querem e já sabem. E temos as bibliotecas também que ajudam muito quem queira, com todas as obras, milhares de obras que queiram melhorar o seu grau de literacia.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que declarou pensar que acaba por ser um pouco confuso. Deixa as pessoas aqui também um pouco intermitentes relativamente a uma proposta que tem tudo de benéfico, que realmente os encargos a serem feitos, que são, digamos, do dinheiro de todos nós, que são da parte do Estado e que é público e, dessa forma, a ser efetivamente investido em aquilo que em leitura que é do Plano Nacional de Leitura. Vemos que é uma ideia, é uma proposta que deverá ser bem acolhida por todos, porque não entendo esta reticência. Agora, efetivamente, esta ideia do Bloco de Esquerda de que aos 18 anos não, que estamos a balizar, ó senhor Deputado, vai me desculpar, eu quando tinha 18 anos, despertei para interesses da leitura distintos daqueles de quando eu era adolescente. Por isso, a questão que se põe aqui, efetivamente, é essa e entenda-se, realmente, que existe, e várias pessoas podem atestar e até com mais conhecimentos do que eu e que muitos de nós aqui, que aos 18 anos o sujeito acaba por chegar já com certas e determinadas características e que começa também a enveredar por outros outras vontades na sua vida e tal como a leitura, a leitura não é estanque. De facto, que ela deverá vir desde o princípio, dever-se-á criar hábitos que atestem essa realidade, mas aos 18, 19, 20 anos, quer dizer, as pessoas já começam a ter uma perceção diferente, uma capacidade diferente de interpretação e é neste seguimento que nós apresentamos esta proposta, que é da JSD e a que nos associamos a ela de peito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

aberto. Não entendemos, realmente, que situação é esta de tanta reticência relativamente a uma medida que é benéfica para os nossos jovens.-----

O **Presidente da Assembleia**, resumiu que têm a moção apresentada pelo PSD com as alterações propostas pelo PS incorporadas, que estava pronta para ser colocada à votação. -----

Foi posta à votação a **Recomendação “Cheque-Livro para os jovens do Concelho”** do **GM do PSD**, tendo sido **aprovada por maioria, com 31 votos a favor (21 PS, 7 PSD, 1 CDS, 1 CDU, 1 PAN) e 3 abstenções (2 CHEGA e 1 BE)** -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

Apresentação da **Moção “Pela manutenção da área de recreio da Escola EB1 Hortas de Santo António”** do **GM da CDU (Anexo C da presente Ata)**. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, e uma vez que a Moção foi entregue e lida pelos Deputados faria apenas um pequeno resumo. A Moção pela manutenção da área de Recreio da escola EB1 Hortas de Santo António. Face ao exposto na passada...-----

O **Presidente da Assembleia**, interrompeu dizendo que com a intervenção do município em resposta ao público, aquela era já uma não questão e que o assunto estava ultrapassado. Não sei se a Deputada Carla Gomes fez a mesma leitura que eu. Não sei se fiz a leitura correta, senhor Presidente?-----

A Deputada **Carla Gomes (CDU)**, confirmou terem feito essa leitura a uma resposta que foi colocada por um munícipe. A moção continua a ter a validade que tem de forma escrita e a ser votada, então a palavra do Presidente fica escrita e registada. Face ao exposto na passada sessão da Assembleia Municipal de 17/03/23 e da pretensão desta Câmara em subtrair ao parque de recreio das crianças, uma área para acesso a um restaurante, teve esta bancada a necessidade de apresentar esta moção. Não faz qualquer sentido e é até absurdo a ponderação de tal construção de passagem, especialmente quando a pretensão é favorecer um investidor em particular. Há dezenas de restaurantes em Loulé onde este Executivo não se preocupou a facilitar o estacionamento, pelo contrário, até apresentou um regulamento que aumenta o preço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

dos estacionamento, prejudicando ainda mais os negócios já estabelecidos nesta cidade. O que falta não é criar facilitismos a alguns. O que falta é criar zonas de proteção nas escolas primárias que permitam a entrada e saída de crianças em segurança, criar zonas pedonais adequadas, criar condições de estacionamento. O que é necessário é criar condições que sirvam toda a população, pois efetivamente, o que não há é planificação. Obrigada.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que cumprimentou todos os presentes e que sobre concretamente esta Moção, cujo título é “Pela Manutenção da Área de recreio da escola EB1 Hortas de Santo. António” e o título, para mim, é importante, é o que identifica o texto pelos outros considerandos. E pela informação dada pelo Executivo, pelo senhor Presidente da Câmara de que não vai executar qualquer acesso, apesar de um projeto ali, pelo que foi dito, a conjugar os espaços e seria minimalista, enfim, digamos o dano. O que eu sugeria à CDU era que retirasse esta proposta porque ela, neste contexto, enfim, do que é o seu título, não faz sentido, porque já foi dito pelo senhor Presidente da Câmara a intenção do Executivo sobre esta questão. No entanto, se dúvidas houver, sugeria à Mesa dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara nesse sentido, de saber, e melhor confirmar, este propósito. Quanto ao resto são considerandos que estão na ordem do dia. No que toca ao estacionamento, a Câmara está a trabalhar com as obras de manutenção de parques alternativos ao que foi encerrado. E finalizo com a nossa afirmação da CDU retirar esta proposta.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, respondendo que, efetivamente, este pensamento inicial do senhor Presidente e agora volta atrás é realmente o dizer, a moção está apresentada, vai a votação, não vamos retirá-la. Fica a forma assumida e escrita se querem ou não ou se, efetivamente, há a afirmação do senhor Presidente, se vai manter que realmente nada vai acontecer. Obrigada. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, afirmando concordar com esta moção e os considerandos propostos. Apesar do bom senso ter imperado, e o senhor Presidente da Câmara abandonou a intenção que inicialmente tinha. Portanto, consideramos que é um não assunto a manutenção, porque na realidade não vai ser retirado. No entanto, há os outros considerandos que devem ser votados e discutidos, não é, porque é importante, porque as falhas no planeamento camarário é que levam a estas situações. Quer dizer, a gente quer construir um restaurante noutras, não tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

estacionamento, então sacrificamos o espaço público. E o senhor Presidente, que deveria ter acautelado isso, mais tarde arrepiou caminho e ainda bem. Obrigado. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que disse que esta Moção, e no seguimento daquilo que foi o pensamento inicialmente apresentado pela bancada do PS, também acreditam que esta questão dela ser retirada faz todo o sentido, porque se pensarmos desta forma, é assim, nós não estamos aqui, não temos que estar a advogar aqui o sentido do Executivo, mas também temos a hombridade também de, realmente, dar a mão à palmatória e reconhecer que o senhor Presidente da Câmara há pouco fez aqui um compromisso, fez uma salvaguarda, identificou realmente que houve um erro, teve essa hombridade e acreditamos que esta situação está resolvida. Está salvaguardada, existe um compromisso aqui patente, por isso não percebemos esta moção. Ela deveria ser retirada. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, para dar resposta ao senhor Deputado João Santos (PSD). Creio que não deve ter lido a noção completa, porque há uma série de assuntos que, realmente, ainda não estão resolvidos e, portanto, não foram resolvidos por este Executivo e que não foram quando estava o PSD e, se calhar, é por isso que concorda que seja retirado, porque o planeamento tanto foi bom para um, como para outro e está Loulé como está hoje. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, dizendo que a bancada do CDS acha que a moção da CDU tem alguns pontos que vale a pena aqui ver esclarecidos. Porém, a situação do parque, que já não é parque, para a escola, partindo do princípio que o senhor Presidente assumiu um compromisso, achamos e devemos acreditar que ele o vai cumprir. Os outros assuntos são interessantes, sim, e são de analisar nesta Assembleia. Alguns deles já foram aqui falados e nunca é tarde para voltarmos a falar sobre eles. Então, volto aqui a propor o que propus há pouco, rever a moção e tirar o que não faz sentido, porque a própria moção tem ali pontos que têm a ver e não têm a ver com o título. O título é a questão da escola, mas depois temos lá outras questões que não têm propriamente a ver com a situação da escola. Como eu sou numa de pacificar as coisas, por que não fazemos aqui um trabalho em conjunto, que eu adorei ver o que se passou aqui há pouco com a moção do PSD, que teve aqui o aval? Estou a gostar desta Assembleia hoje, permitam-me que o diga. Obrigada. ----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia**, registou não haver mais inscrições e, uma vez que a CDU, após sugestões várias para que a moção fosse retirada, não retirou, passou-se à votação.-----

Foi posta à votação a **Moção “Pela manutenção da área de recreio da Escola EB1 Hortas de Santo António”** do GM da CDU, tendo sido **rejeitada por maioria, com 21 votos contra (PS), 2 votos a favor (1 BE, 1 CDU) e 11 abstenções (7 PSD, 2 CHEGA, 1 CDS, 1 PAN)**. -----

Passou-se ao ponto seguinte: -----

Moção “Comemorar o 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores” do GM da CDU (Anexo D da presente Ata). -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que, relativamente à moção comemorar o Primeiro de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores, como não poderia deixar de ser, com a aproximação desta data, têm de comemorar a incessante, dura e heroica luta dos trabalhadores portugueses e dos trabalhadores pelo mundo, pelos seus direitos e pela sua emancipação no trabalho. Assim, propomos que esta Assembleia, aprove esta moção, saúde o Primeiro de Maio e as suas conquistas laborais, bem como a Constituição da República Portuguesa que as consagrou. Obrigada.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Abel Matinhos (PS)**, que cumprimentou os presentes e a Deputada da CDU e expressou aquilo que é a importância do Primeiro de Maio e de celebrar o Primeiro de Maio porque, ainda por cima no tempo em que em que vivemos é, realmente, o tempo em que vivemos, é um tempo estranho para quem trabalha e é por isso mesmo que temos que falar sobre estes assuntos, sobre o trabalho, sobre o novo trabalho e sobre a emergência de regular aquilo que é o novo trabalho, de tentar combater aquilo que é a escravatura moderna. E falando da escravatura moderna, o Partido Socialista num ato de grande coragem e de combate ao corporativismo das ordens profissionais, combateu aquilo que podemos chamar de escravatura moderna dos estágios para o acesso às profissões. Aliás, pela lei que já foi aprovada hoje os estágios das ordens profissionais têm que ser remunerados e bem. Até porque até então, os estágios de ordens profissionais não obrigavam a ser remunerados. É importante também pensarmos naquilo que são as condições dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

milhares de trabalhadores que trabalham a partir de casa e que, infelizmente, ainda não têm ainda o direito a desligar. É importante, muito importante o direito ao trabalho, mas também é importante, muito importante, o direito a que esses trabalhadores possam desligar, que possam ter vidas sanas, sem pensar em trabalho.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, declarando que no momento em que, pelos efeitos da fortíssima inflação na reposição dos direitos retirados no tempo da Troika, dos baixos salários, das novas formas de precarização do trabalho, trabalhadores e trabalhadoras em todos os setores têm se manifestado pelo trabalho digno e pelo direito à habitação. É por demais importante assinalar e valorizar o Primeiro de Maio, Dia Mundial do Trabalhador e lembrar que o direito a trabalhar, em condições justas e favoráveis, com uma remuneração justa e satisfatória, que assegura ao trabalhador e à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, é um direito humano. Aproveitamos para saudar o Primeiro de Maio, e nele a coragem de todos e todas que exigem dignidade, democracia e progresso social, emprego com direitos, salários e pensões dignas e serviços públicos de qualidade para todos e todas. Saudar as lutas dos trabalhadores e trabalhadoras dos setores público, privado e social por condições de trabalho dignas, salários justos e contra todas as formas de precaridade ou exploração.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que declarou ter ficado com uma dúvida relativamente ao comemorar. O que é que traz aqui de novo? Porque, obviamente que nós saudamos sempre o Primeiro de Maio, saudamos sempre a melhoria de condições para o trabalhador, mas esta data, já tem uma comemoração e é institucionalizada. Portanto, aqui o comemorar, como, em que sentido? É só porque eu tenho esta dúvida, não consigo perceber qual é o sentido da Moção. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, declarando que comemorar os direitos adquiridos dos trabalhadores é uma comemoração constante. É uma luta constante e cada passo que se faz a favor do trabalho, em que se traz melhores condições de trabalho, é uma comemoração. Por isso, ainda há muita comemorar, há muito ainda a alcançar. E comemorar, é, efetivamente, comemorar aquilo que hoje temos, que cada vez mais temos que lutar para ter. Isso é celebrar, é comemorar, é lutar. O saudar sim e comemorar também. É um aniversário. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Posteriormente foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que referiu que o Primeiro de Maio, realmente, e a luta dos trabalhadores do Partido Social Democrata, na sua génese, que sempre se viu também apoiado por essas massas, e atualmente e sempre iremos defender. Por isso, ela faz parte da nossa génese. -----

Passou-se à votação;-----

Foi posta à votação a **Moção “Comemorar o 1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores”** do **GM da CDU**, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

O **Presidente da Assembleia**, informou que não havia mais assuntos, pelo que procedeu à apresentação do ponto seguinte: -----

Apreciação de assuntos de interesse do município e formulação de perguntas orais pelos Deputados Municipais;-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que cumprimentou os presentes e registou ter havido umas intervenções antes, do público, que queria esclarecer ou pedir um esclarecimento sobre essas situações. Portanto, tinha chegado aqui uma informação similar e eu acho que até estão a falar do mesmo concurso ou da mesma da mesma situação, onde, e vou só citar aqui uma parte, “quase 500 000 EUR e que” (isto não são palavras minhas) “e que o esquema utilizado é sempre similar. Concorre o pai contra a filha ou a hospedaria contra um restaurante ou todos uns contra os outros. Mas, de facto, é que os contratos são todos executados no mesmo espaço físico”. Bem, eu não vou mencionar aqui nomes, mas eu queria falar de uma forma aqui só genérica porque quando se põem estas questões aqui em Assembleia e aqui no público, pergunta-se, mas a legalidade, se é legal. Eu acho que ainda acima de tudo aqui na Assembleia, porque o legal e o ilegal é, de facto, nas instâncias judiciais, mas aqui acho que não tem problema nenhum em discutir sobre a moralidade do que se anda fazer com o nosso dinheiro, ou com o dinheiro dos contribuintes, ou com o dinheiro dos impostos. E, portanto, porque sinceramente, se explicarmos às pessoas lá em casa, não, é legal porque o ajuste direto ou o concurso pode o pai concorrer contra a filha, ou ter uma empresa e depois a outra empresa como tem outro número que concorre. Incomoda falar nisto? Então se incomoda, qual é o problema em falar nisto? É que temos que falar nestas situações. Quanto à tal auditoria externa que, recordo, foi aprovada em reunião de Câmara, a razão não é verdadeira, a razão que apresentou,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

porque se fosse ela já existia na altura, a seguir, alega mais tarde, como estamos a ouvir agora que o segredo de justiça, mas quando questionado sobre se afirmou que haveria agora vem com esta situação do segredo de justiça, mas quando já foi esclarecido aqui o segredo de justiça, já foi várias assembleias atrás. Essa decisão foi tomada. Desculpe, mas o senhor Presidente quando afirmou que era segredo de justiça, nessa altura, já depois dessas Assembleias, veio a dizer que iria ser feita, iria ser feita. Agora é por essa razão, mas essa razão já existia há bastante tempo, portanto, obriga-me a perguntar se sexta-feira e sábado, dia 14 e 15, se esteve nas instalações da Polícia Judiciária a questionar e a levar documentos, portanto, dos pelouros do Carlos Carmo e Abílio Sousa, não é? Portanto, isso aí convinha também esclarecer se isso aconteceu ou se não aconteceu. O assunto do projeto, retirar o espaço das nossas crianças e favorecer um restaurante, finalmente, o senhor Presidente decidiu bem. Embora ficamos com uma ideia, porque desculpe lá temos que ficar com essa ideia, que se não fosse o contributo da denúncia aqui apresentada, hoje não seria isto um assunto porque as obras já estariam em marcha. Em relação ao senhor José Neves, que já vem aqui há dois mandatos aqui a falar se queria só deixar 6 perguntas muito rápidas.-----

O **Presidente da Assembleia**, informou que o tempo terminara. Tenho outra sugestão para lhe fazer, é que peço a algum grupo político que lhe segue a tendência que lhe faça a cedência de tempo para que possa pôr as questões com calma.-----

Retomou a palavra o Deputado **João Ferreira (PSD)**, dizendo que concluía e que faria chegar as perguntas por escrito, poupando o tempo sobre a outra situação.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que, antes de começar as suas três questões, deu os parabéns às gentes de Alte na pessoa do senhor Presidente, porque Alte foi anunciada pela Associação de Turismo a certificação das Aldeias de Portugal. Agora, o normal começa a ser constrangedor para a bancada do PAN estar constantemente a colocar as mesmas questões, mas enquanto as respostas não forem obtidas, lamento, mas eu vou continuar a repetir-me. Para quando a gestão do regime jurídico de gestão do arvoredo urbano? Para quando o fim do abate às árvores ou, pelo menos, o fim das podas decapitantes do património arbóreo que se encontram no domínio público municipal e no domínio privado? Em Almancil, houve mais um atentado ao património que é de todos. Foram realizadas podas de folhagem que desfiguraram completamente árvores, tornaram-nas mais frágeis, suscetíveis de doenças e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

perigosas, visto que perderam a sua estrutura e solidez. Uma intervenção destas, que eu posso mostrar isto, parece que foi cortado a régua e esquadro, isto não é uma poda, isto é um atentado à própria árvore. Estamos na altura de nidificação das aves e está calor, é um atentado duplo, tanto à flora com à fauna municipal. Uma poda serve para reduzir a copa da árvore. Isto que está aqui é um atentado. A outra questão, tem a ver com os fogos de artifício silenciosos que foram aprovados por unanimidade, nesta mesma sala, no dia 18/05/2022. Nos últimos dias, o PAN recebeu inúmeros relatos de animais que fugiram e que se perderam. E aí numa questão também relativamente ao ruído, não sei se me conseguem responder hoje, mas é que eu gostava também de saber, como é que o município faz para passar uma licença de ruído, por exemplo, a um restaurante? Qual é a documentação que solicita, isto é, verifica se o edifício tem alvarás, se cumpre a legislação em vigor, se não foram feitas obras sem licença, se não existem expansão de áreas cobertas ou impermeabilizadas. Qual é que é a documentação que o estabelecimento tem que apresentar para obter a licença do ruído?-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, que fez notar que queria ceder um minuto depois ao PSD. Está a aproximar-se o tempo de calor, já se fez sentir, é tempo dos incêndios. Queria questionar o Executivo, quais as medidas de contingência que estão a pensar para evitar que situações semelhantes ao que aconteceu, no ano passado, em pleno coração de Vale do Lobo, que voltem a acontecer. Depois, outra questão é o Jardim de Almancil das Comunidades tem a relva seca. O nível baixo do lago está sujo, com um nível baixo de água normal. Questionamos o Executivo da Junta de Freguesia que nos disse que a relva é da responsabilidade da Câmara Municipal. Queremos ver aqui esclarecida a situação. A Rua José Dionísio de Almeida é uma rua que já tenho trazido aqui, aqui e ao Executivo de Almancil, está danificada, bermas perigosas, sei que o dono proprietário fez um muro para melhorar a curva. Quando é que a Câmara Municipal agarra esta obra e toma as rédeas da situação? E, por fim, é o Pavilhão de Almancil, para quando inauguração? E só pra dizer, gostaria de agradecer e realçar o sucesso que foi ontem a celebração do 25 de Abril, em Loulé, com casa cheia, a elevada postura das bancadas que atuaram nesta cerimónia. Parabéns.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que referiu que naquele período da Ordem de Trabalhos queria fazer o ponto de situação do que é que foram as realizações no intervalo entre as assembleias, nomeadamente nesta circunstância,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

portanto, do que aconteceu neste intervalo, queria questionar o município sobre o ponto de situação da execução dos tratamentos alternativos e que estão previstos, nomeadamente àquele espaço que foi encerrado ali pela obra no jardim Charles Bonnet. Ao mesmo tempo queria afirmar também, senhor Presidente, que há um grande escrutínio também sobre o que é que o Executivo, o que é que são as direções e orientação do Executivo no sentido da execução das propostas. Era só para dizer aqui e deixar que o Executivo municipal está a executar o seu programa eleitoral, nós estamos a trabalhar, está-se a trabalhar na execução do programa eleitoral apresentado aos eleitores e como tal daí, enfim, este mandato em curso. De maneira que era esta a questão que aqui estava, que tinha levantado, o ponto de situação dentro dos parques de estacionamento.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que quis saudar e dar os parabéns ao senhor Presidente da Mesa, extensivo aos restantes membros e a todos que estiveram envolvidos. Nesse sentido, elogiar a forma como decorreram os trabalhos da sessão solene de 25 de Abril. Em liberdade e democracia, todos expressaram livremente as suas ideias políticas, pena fosse que nem todos o tenham percebido. Já o mesmo, infelizmente, não podemos dizer acerca dos acontecimentos ocorridos na Assembleia da República, quando um grupo de deputados com comportamentos indignos, numa intolerável falta de respeito para com as instituições democráticas e, mais grave, na própria casa da democracia, põem em causa os valores do 25 de Abril e o bom nome de Portugal, perante o mundo democrático e tolerante.---

O **Presidente da Assembleia**, interrompeu para lembrar que estavam no período de Assuntos de interesses do município e formulação de perguntas orais pelos Deputados Municipais.-----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, referiu estarem no Período Antes da Ordem do Dia e, como tal, pode intervir sobre assuntos de interesse nacional, qualquer assunto.-----

O **Presidente da Assembleia**, disse que ia ver no Regimento. Pode ser que tenha razão e que eu esteja enganado. Nós estamos no Período Antes da Ordem do Dia, Artigo 52.º Antes do início dos trabalhos inscritos na Ordem do Dia, haverá um período não superior a 60 minutos destinado a tratar dos seguintes assuntos e pela seguinte ordem: aprovação de atas e informações sobre, ou seja, tudo aquilo que a gente esteve a falar, os votos e depois chegamos a uma altura em que diz "formulação de perguntas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

orais pelos Deputados Municipais, com respostas orais pela Câmara Municipal". Antes disso, aquilo que eu juntei neste ponto para não estar a quebrar aquilo que já é nossa tradição, são apreciação de assuntos de interesses do município. Nesta altura estamos nestes dois pontos: apreciação de assuntos de interesse do município e informação e perguntas orais pelos Deputados. É o que está previsto no Período de Antes da Ordem do Dia. Numa próxima revisão do Regimento a gente pode ponderar meter outras, mas sinceramente não vejo que isso possa caber nesta altura. Muito obrigado. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, retomou a palavra, dizendo que, realmente, há pessoas que têm dificuldade viver em democracia e nós achamos que a liberdade foi criada exatamente para isso, para haver tolerância, não fomentar o ódio, respeitar a Constituição. O município de Loulé faz parte do país, portanto, é uma coisa engraçada como daqui mais à frente não poderemos falar sobre assuntos de outra natureza, nesta Assembleia. A auditoria externa não vai ser feita como afirmou o senhor Presidente. Bem, eu julgo que o senhor Presidente não pode contrariar uma deliberação que foi aprovada por unanimidade na sessão camarária. Como tal, julgo que deve sujeitar uma nova proposta para anulação daquela proposta aprovada por unanimidade. Gostaria de saber como é que funciona o serviço de salubridade da Câmara Municipal de Loulé e, em particular, da limpeza das fossas. Aquilo que sabemos é que existem centenas de pedidos pendentes. A pergunta é o seguinte, gostaríamos de saber como funciona o serviço de salubridade da autarquia, em particular na limpeza das fossas e por que motivo existem centenas de pedidos, 500 salvo erro, em atraso para resolver.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Abel Matinhos (PS)**, declarando que como também já foi referido anteriormente por outras pessoas, também de outras bancadas, existe um problema que realmente é notório no nosso concelho que é o problema do estacionamento. Aliás, já foi aqui referido nesta sessão da Assembleia. Aliás, Loulé tem enfrentado esse problema através de ter preços acessíveis no silo de estacionamento, junto ao Tribunal de Loulé. Almancil tem enfrentado este mesmo problema da falta de estacionamento, tendo a Junta de Freguesia criado um parque de estacionamento junto à antiga Junta de Freguesia, mas existe um problema ainda numa freguesia do nosso concelho e que é a freguesia de Quarteira que necessita de uma resposta rápida no que toca aos estacionamentos, uma resposta rápida e acessível. Neste sentido, quero formar aqui duas perguntas. A primeira é se existe ou se está pensado algum projeto para a criação e desenvolvimento de um projeto de um silo de estacionamento na freguesia de Quarteira? E a segunda é se se está a pensar em colocar mais iluminação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

junto ao estacionamento, ao melhor parque de estacionamento do passeio das dunas, porque realmente à noite, aquele parque estacionamento tem muito pouca luz, tem muito pouca luminosidade e necessita de mais luz para também ter mais segurança.--

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Castro (CHEGA)**, que, para iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia, disse quererem deixar um agradecimento à GNR. Dar os parabéns porque têm, realmente, estado no mercado de Quarteira às quartas-feiras e têm também estado na Marina de Vilamoura, sabemos que andam lá a fazer vigilância, tanto durante o dia como durante a noite. É, de facto, muito importante porque, como nós já aqui alertámos noutras Assembleias, temos que fazer de tudo para que o crime seja cada vez menor em Loulé e, obviamente, que a presença da GNR nestes dois locais é importante e queremos, por isso, deixar os parabéns por sabermos que andam no mercado de Quarteira e na Marina de Vilamoura. Depois, duas chamadas de atenção para que possam ser solucionadas o mais breve possível as passadeiras junto ao mercado do peixe, nomeadamente em Quarteira estão pouco visíveis, a tinta está praticamente apagada, sumida. Queremos também deixar uma chamada de atenção para as viaturas abandonadas que existem no concelho. Existem variadíssimas viaturas abandonadas. E depois gostaríamos de fazer uma questão ao Executivo, saber quem é Carmo Afonso. Qual é o mérito desta senhora e qual foi o motivo para que tenha sido ela a escolha para os Horizontes do Futuro, iniciativa que nós louvamos, mas que gostaríamos de saber porquê a Carmo Afonso e quem é esta senhora. Além de que, pelo que nós sabemos, é uma advogada que se juntou a Ana Gomes para conseguir a ilegalização do Chega. Como é que uma pessoa que faz isto tem mérito para vir falar de democracia?-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Carlos Santos (PSD)**, que começou por questionar o Executivo Municipal relativamente à questão da ciclovia. Porque nós, como sabemos, a ciclovia em Quarteira, ela está num interregno e como somos confrontados, nomeadamente pela população, esse pequeno alívio que as pessoas sentem de não ver ali a ciclovia, e quando afirmamos que realmente ela vai voltar, dá logo origem a um frêmito efusivo em que, realmente, as pessoas não se sentem bem, não se sentem confortáveis em voltar a ter aquela ciclovia, naquela tipologia, daquela forma, ali naquele local. O que nós questionamos, senhor Presidente, é se realmente o senhor Presidente estaria na predisposição de olhar para Vilamoura, de ver as ciclovias, as boas ciclovias que temos em Vilamoura e, de facto, implementar uma tipologia semelhante como aquela que existe em Vilamoura, em que os carros estacionam ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

lado do lancil, depois tem o caminho de ciclovía e depois tem a estrada. E também na sequência daquilo que disse o senhor Engenheiro Eurico Antunes, uma pessoa de grande clareza, ambulâncias nesse formato poderiam passar com mais disponibilidade e assim também sendo melhor para a população. O senhor Presidente está na opção de rever aquilo que vão fazer lá antes que se cometa outro erro, outra asneira?-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que afirmou celebrar-se o 17.º aniversário do Dia Europeu dos Direitos do Doente e gostaria de colocar as seguintes questões. Atribui, e em caso positivo, qual o subsídio que a Câmara de Loulé dá à delegação da Cruz Vermelha de Faro- Loulé? Existem, e em caso positivo, quem são os representantes da autarquia de Loulé nos Órgãos Sociais ou junto da delegação de Faro-Loulé da Cruz Vermelha Portuguesa? Sabe esta Câmara quantas pessoas transportou a Cruz Vermelha, sem ser transportes urgentes, do concelho de Loulé para o hospital de Faro? Sabe esta Câmara quais os preços praticados pela delegação de Faro- Loulé da Cruz Vermelha Portuguesa pelo transporte de doentes não urgentes do concelho de Loulé para o hospital de Faro? Obrigada. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Costa (PS)**, que referiu ter-se esquecido de perguntar na sua primeira intervenção duas dúvidas, de duas ordens. Uma delas tem a ver com o dispositivo sobre combate aos incêndios florestais. Qual o ponto de situação? Estamos, infelizmente, a atravessar um ano de seca muito complicado e de maneira que saber, enfim, no município, nas suas estruturas, o que é que está de previsão no seu dispositivo, tendo em conta a época que vai surgir ou já surgiu. Uma segunda questão, tem a ver com a proteção das praias. Não estou a falar no plano de segurança para o verão, ele surgirá por aí, como é habitualmente, de segurança pública, um reforço das forças de segurança, não estou a falar nisso. Mas estou a falar que com o bom tempo surge também é uma questão que tem a ver com as praias, e saber de que, não sendo da nossa competência, mas sabendo aquilo que será o dispositivo implementado de vigilância das praias com os concessionários e não só, não é, tendo em conta os acidentes por esse país fora, há, portanto, afogamentos de banhistas. Desculpem, o termo é um termo antigo, mas era dos utentes da praia. -----

Em seguida foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse que iria tentar responder a tantas questões, porque de facto foram muitas. Todos os senhores Vereadores vão responder às questões que dizem respeito aos seus pelouros e, no final, eu responderei às restantes. Portanto, vamos começar pelo senhor Vereador



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

David Pimentel,-----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que declarou, sinteticamente, que quando o senhor Deputado João Ferreira menciona que aquele agente económico que foi interpelado na intervenção do senhor município Filipe Lázaro, tem na plataformabase.gov meio milhão de euros, 500 000 EUR de valor de contratos com o município. Também pode aferir desde quando, e posso-lhe dizer que é desde 2009, e pode aferir o número de contratos celebrados, que são 26, e se começar a partir por ano e a partir por número de contrato, perceberá que um valor absoluto, quando relativizado em função do prazo do tempo e do número de contratos, já lhe poderá parecer mais razoável. Em todo o caso, todos os procedimentos seguiram escrupulosamente a legislação da contratação pública e se dúvidas existiram foram elas próprias colocadas às entidades competentes, conforme já foi aqui mencionado.--

Foi posteriormente concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que cumprimentou todos os presentes na Assembleia e tentou ser sucinto nas questões das áreas dos pelouros que tutelo. Começo pelas questões relativamente às licenças especiais de ruído. Dizer que estão disponíveis, está disponível no site da Câmara Municipal o formulário devido para fazer esse requerimento e o requerente terá que fazer prova do licenciamento do espaço em apreço e também da atividade pela qual está a requerer, que depois tenha o devido licenciamento especial de ruído. Dizer-lhe também que todos os pedidos, nomeadamente a partir de janeiro deste ano, alterámos o circuito internamente e todos eles, previamente, vão à Divisão de Fiscalização para aferir se existe algum processo em curso de reclamação ou de outra tipologia, antes do mesmo ser informado tecnicamente pela Divisão do Ambiente no que concerne às questões do ruído. Relativamente aos fogos de artifício, senhora Deputada Ana Poeta, ainda não conseguimos encontrar a solução ideal que consiga conciliar aquilo que é a tradição de alguns destes momentos, com aquilo que também são as questões que coloca, nomeadamente os impactos que têm nos animais. Mas também recordo, são questões naturais, os próprios trovões também provocam esse tipo de constrangimento e de pânico nos animais, eu também tenho, tenho uma cadela também sei dos impactos. Mas como disse, estamos a tentar encontrar uma solução para conciliar essas duas questões. Relativamente às questões dos incêndios, a senhora Deputada Isilda Guerreiro e o senhor Deputado Carlos Costa fizeram questões sobre essa matéria, dizer-lhes que nós estamos a cumprir escrupulosamente todas as medidas que estão ao nosso alcance para implementar o Sistema Municipal de Proteção Civil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

relativamente aos incêndios. Posso dizer que, recentemente, foi aprovado o Programa Operacional Municipal, que é um documento que todos os anos previamente à época dos incêndios é aprovado, onde define toda a operativa existente e todas as medidas de resposta, neste caso, às questões dos incêndios. Mas senhor Presidente, como já foi feito em anos anteriores, se assim for entendido, estarei disponível para uma sessão da Comissão Permanente, onde possa apresentar exaustivamente, como já o fiz em anos anteriores, todo o plano como já foi feito, porque seria bastante exaustivo estar aqui a escarpelizá-lo de A a Z, se me permitem usar esta expressão. Relativamente ao Lago do Jardim das Comunidades, é verdade, houve ali duas questões relativamente, aliás, uma relativamente à questão da massa de água, do seu enchimento no lago. Havia uma situação que tinha a ver com a recirculação da água, que foi já resolvida e, relativamente à relva, havia ali um constrangimento com sistemas de rega, que também já estão a ser resolvidas. Sobre as questões que a senhora Deputada Carla Gomes, relativamente à Cruz Vermelha, não está na nossa posse, neste momento, esses dados tão minuciosos com fez aí as questões, mas iremos, obviamente, fazer essa resposta a posteriori por escrito. Por último, a questão da vigilância nas praias, dizer que, como foi dito pelo senhor Deputado Carlos Costa, a responsabilidade é dos concessionários, mas o município já não é o primeiro, nem o segundo, penso que desde há três anos a esta parte, tem uma equipa contratada externamente de nadadores-salvadores que, através de um meio motorizado, uma moto 4, percorre todos os mais de 13 km de costa do nosso concelho, não só no momento da época balnear, mas em todos os momentos, como foi o último agora, recentemente, a Páscoa, um momento de maior afluência e de maior calor, e essa equipa está disponível, portanto, e foi contratada para esse efeito e vai continuar em anos vindouros para complementar aquilo que é responsabilidade dos concessionários, bem como os espaços da nossa costa que não têm vigilância balnear através das concessões de praia. E senhor Presidente penso que respondi às questões relativamente aos meus pelouros.-----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Abílio de Sousa**, que cumprimentou os presentes e disse que a intervenção da Deputada Isilda, com respeito à Rua José Dionísio de Almeida é uma rua em que queremos dar melhores condições, tanto que muito recentemente falamos com o proprietário para, de alguma forma, derrubar um muro que era de um terreno, quer era de cedência à Câmara e que não era propriamente de quem tinha feito o muro, para que tivesse alguma melhor visibilidade. No entanto, temos tido alguma dificuldade para saber quem é o proprietário do território daquela propriedade a nascente, porque queremos fazer melhorias, dar alguma dimensão para quem circula



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

pedonalmente e, principalmente, crianças que circulam ali, que eu passo por ali muita vez, que vão para a escola, porque fazem um atalho. Mas estamos a trabalhar nesse sentido. Em relação ao Pavilhão Multiusos, tudo aponta que, o Presidente responde. Em relação ao Deputado Carlos Martins, em relação às fossas, explicar aqui que a Câmara Municipal de Loulé, na altura do Covid, como não podia entrar nas residências das pessoas, fez um acumulado de pedidos de fossas e os pedidos de fossas são feitos por prévia inscrição. Contudo, como até 2022 a Câmara Municipal de Loulé tinha uns preços que não estavam atualizados há bastante tempo, e tudo o que eram pedidos, fosse de comércio, fosse de particulares, eram dirigidos à Câmara Municipal de Loulé, ou seja, existem empresas públicas a fazer e privadas, nós os nossos valores eram muito abaixo daquilo que é a prática, em média. O que é que fizemos? Fizemos a atualização no início deste ano e, mesmo assim, continua a ser valores mais acessíveis, porque a Câmara não quer ter lucro, mas também não quer ter despesa e, de alguma forma, a dificuldade maior que temos tido é a necessidade de motoristas de pesados e quando são abertos concursos, normalmente, ficam desertos. Porque, portanto, não é, não é de todo, uma profissão que toda a gente quer trabalhar. No entanto, esperemos que muito em breve se venha a melhorar em termos de satisfação do pedido, com uma resposta mais rápida. Contudo, devemos ter não esse valor, mas devemos andar nas 200 e tal fossas, sim 200 e tal fossas. Em relação ao Deputado Abel, quando fala num silo em Quarteira, o mercado de Quarteira prevê bastantes estacionamento, vai salvaguardar ali na baixa toda essa necessidade de estacionamento. Digamos que é uma das valências do mercado. Em relação ao reforço de iluminação no passeio das dunas, foi feita uma intervenção há muito curto espaço de tempo. Penso que se calhar ainda não há um mês, no sentido de reforçar a iluminação com base no orçamento participativo que tinha ganho, por um grupo de cidadãos que escolheu aquela obra para reforçar a iluminação do passeio das dunas. Em relação à Deputada Sandra, é verdade, não é só junto ao mercado da Quarteira que as passeadeiras estão a ficar com pouca visibilidade. Nós temos um concurso público a decorrer para a marcação de sinalização horizontal e assim que exista um vencedor, iremos iniciar com a remarcação, principalmente nas zonas de maior movimento. É aí que iremos iniciar a remarcação das passeadeiras.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, declarando que relativamente à questão do estudo que mandou fazer para uma pequena parte do recreio das Hortas de Santo António. Nós, perante uma proposta de investimento, que poderia resultar numa regeneração para aquela área, mandámos estudar, mandei estudar, para saber



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

se era ou não possível. Tiveram acesso e deram isso logo, o estudo que eu depois vi, vi posteriormente porque pedi o estudo, tiveram acesso não sei como, e deram aquilo como uma intenção e uma certeza. Portanto, senhores Deputados, nunca houve decisão nenhuma. O que os senhores tiveram acesso foi um estudo e com base nisso fizeram uma enorme confusão. Portanto, que fique claro, eu não recuei, gerou-se um grande burburinho sem qualquer fundamento e, portanto, dada essa situação, o que eu posso dizer-vos é que não vai haver ali nenhuma intervenção. Mas também não houve decisão nenhuma no sentido de haver, os senhores é que me puseram em mim essa intenção. Repare se fizessem oposição com outro nível, nada disto aconteceria. Mas há quem esteja interessado e aposte na confusão sistemática da opinião dos nossos concidadãos. Pronto isso, são opções que não me compete a mim julgar. Eu não sei se ouvi bem a pergunta do senhor Deputado João Ferreira, mas julgo que me perguntou se eu estive na Judiciária na sexta-feira.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que perguntou se no dia 14 e dia 15, uma sexta e um sábado a Polícia Judiciária esteve nas instalações da Câmara Municipal, nos pelouros que eu já referi, a recolher matéria.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que referiu que a pergunta do senhor Deputado não foi bem essa, mas estava gravado, iria ouvir, mas iria responder a essa pergunta que fez. A Polícia Judiciária não esteve na Câmara de Loulé a pedir informação nem relativamente ao pelouro do Vereador Abílio de Sousa, nem ao pelouro do senhor Vereador Carlos Carmo.-----

Relativamente à questão colocada, nós não temos ainda inauguração marcada, portanto, quando houver data marcada para a inauguração do pavilhão havemos de responder. Neste momento não há, não tenho resposta.-----

Sobre o estacionamento que também aqui foi dito, vamos lá ver, senhores Deputados, julgo que os senhores sabem, se não sabem, eu informo, nós tivemos noutro contexto, há uns cinco meses ou quatro meses, recebi um número de comerciantes da cidade de Loulé que vieram questionar a Câmara sobre a falta de estacionamento na cidade, isto na sequência do arranque das obras naquele enorme terreno, o antigo Jardim Charles Bonnet. Na altura, com o senhor Vereador das Obras informámos os senhores comerciantes que iríamos trabalhar para encontrar lugares de estacionamento noutros locais, na proximidade possível, para mitigar o problema e isso está a ser feito. Portanto, os senhores têm neste momento feito e à disposição dos automobilistas junto ao Lidl, quem utiliza a Avenida Andrade de Sousa pode constatar que, do lado direito, quando



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

sobem a avenida, há um extenso estacionamento novo feito, que os automobilistas têm à sua disposição. Foi isso que nos comprometemos, é isso que estamos a fazer. De seguida, identificámos outro terreno ali perto da rotunda onde está a escultura, a obra de arte metálica da Nossa Senhora da Piedade, dos Homens do Andor, a carregar o andor e, portanto, agora vamos avançar para aí e vamos encontrar aí mais lugares de estacionamento. Segue-se essa obra. E estamos, neste momento, a encontrar um pouco mais abaixo uma área, portanto, muito significativa também para uma parte dela afetar. Eu julgo, não fiz contas com rigor, que somadas essas três áreas, muito provavelmente iremos ter um número muito próximo ou um bocadinho abaixo, ou um bocadinho acima, em relação àqueles estacionamentos que perdemos. Portanto, aquilo que nos comprometemos com os senhores comerciantes nós estamos a fazer. E, portanto, não vale a pena ou peço-vos, se estão informados e se falam tanto com os senhores comerciantes, penso eu que eles vos deveriam ter transmitido aquela que era a intenção da Câmara Municipal de Loulé que, neste momento, está a ser cumprida. -- A outra questão, julgo que foi o senhor Deputado **Carlos Martins** (BE), que disse que a auditoria não vai ser feita. Eu não disse isso. Eu disse que vamos aguardar resultados da investigação do Ministério Público, pois após o conhecimento desses resultados, nós vamos tomar uma decisão. Eu não lhe disse em momento nenhum que a auditoria não iria ser feita. Espero que tenha sido claro. -----

Relativamente à senhora Deputada **Sandra Castro** (CHEGA), que me pergunta o porquê da escolha da Carmo Afonso. A Carmo Afonso é uma jornalista que publica num órgão de comunicação social de prestígio no país. É alguém que, portanto, tem uma intervenção política no quadro da nossa democracia e que a Câmara Municipal de Loulé, que tem convidado dezenas de pessoas no quadro de uma iniciativa que tem e que dura há muitos anos, que são os Horizontes no Futuro, convidou a Carmo Afonso que, ainda por cima, há a circunstância de ela ser de Loulé, é natural do concelho de Loulé e, portanto, quisemos ouvir a opinião da Carmo Afonso. Estamos nesse direito, foi por isso que a convidámos, como temos convidado, lembro-me, por exemplo, tivemos o Professor Adriano Moreira também já aqui como convidado. Portanto, como pode ver, nós vamos prosseguir a convidar pessoas da área das ciências, da literatura, da física, da astronomia, da filosofia como temos feito e vamos continuar a convidar as pessoas que se nos afigurarem interessantes de ouvir para convidar todas as pessoas. Aliás, a senhora esteve lá, a sua colega esteve lá, falou um bocado e toda a gente a escutou e, portanto, usou o seu direito de se poder exprimir numa reunião com a Carmo Afonso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

O **Presidente da Assembleia**, interrompeu para informar que havia esgotado o tempo. Vou pôr à consideração da Assembleia para que possa responder ao resto das questões e se alguém se opõe a que sejam concedidos mais três minutos exclusivamente para responder a questões que estejam pendentes. O PSD cede. 2 minutos.-----

O **Presidente da Câmara** continuou no uso da palavra dizendo só ter mais uma questão para responder, que é a questão colocada pelo Deputado João Santos (PSD).-----

O **Presidente da Assembleia**, insistiu que seria melhor cronometrar pois havia mais questões para responder, nomeadamente pelo Deputado **João Ferreira**, a situação de **José Neves**. Não chegou a fazer, OK? Peço desculpa. O Regulamento do Arvoredo da **Ana Poeta**. A erva seca no Jardim das Comunidades. Falou? Ok, só ouvi do Lago. A ciclovia de Quarteira, a Cruz Vermelha já respondeu e as viaturas abandonadas em Vilamoura. -----

O **Presidente da Câmara**, disse que duas das questões colocadas, seriam respondidas pelo Senhor Vereador. E eu responderei...-----

O **Presidente da Assembleia**, recapitulou estarem pendentes a questão levantada pela senhora Deputado **Ana Poeta** (PAN), relativamente ao Regulamento do Arvoredo, a questão levantada pelo Deputado **João Carlos Santos** (PSD), relativamente à ciclovia de Quarteira, a questão levantada pela Deputada **Carla Gomes** (CDU), E a questão relativa às viaturas abandonadas posta pela Deputada **Sandra Castro** (CHEGA).-----

Retomando a palavra o **Presidente da Câmara**, disse que sobre a ciclovia iriam introduzir pequenas alterações à circulação. A ciclovia vai voltar ao seu lugar original, com pequenas alterações, que vão resultar numa maior comodidade dos utilizadores, os automobilistas, portanto, para estacionar. Disse, há bocadinho, que há poucos dias houve uma ambulância que teve dificuldades, mas olhe, neste momento os carros estacionam como se a ciclovia não existisse como sabe, e a ambulância, isso eu desconhecia, que teve dificuldades em circular. Está a ver? Pelo espaço que sempre houve naquela avenida, antes da existência da ciclovia. Portanto, é uma pergunta que eu não compreendo, não é? E, portanto, tenho dito. -----

Sobre Vilamoura acontece que nós temos uma apreciação sobre a ciclovia de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Vilamoura, achamos que ciclovias há muitas, de muitas tipologias, todas são possíveis, aquela é uma solução possível. Nós pensamos que aquela não é a melhor, não é a mais conveniente, não é a mais adequada àquela situação, aquela tipologia que está ali. Portanto, é uma das possíveis, mas nós não entendemos que aquela é a que se adequa, portanto, à praça, portanto, à Avenida Carlos Mota Pinto.-----

Foi concedida a palavra ao Vereador **Carlos Carmo**, que começou pela questão da Cruz Vermelha. Eu acho que há pouco referi, está gravado, mas vou repetir. As questões foram de tal forma minuciosas que não temos os dados aqui para poder responder, pelo que iremos responder por escrito posteriormente. Foi o que eu respondi. E estou a repetir aquilo que já tinha dito há pouco. Não respondi à senhora Deputada **Ana Poeta** (PAN), relativamente ao Regulamento do Arvoredo. Em complemento ao que já disse aqui numa Assembleia anterior, nós estávamos a aguardar um parecer do ICNF, parecer esse que já veio. Estamos a ultimar a consulta aos serviços da proposta que já existe e, muito em breve, vai dar início o procedimento para a implementação desse Regulamento para vir aqui à Assembleia. Portanto, esse documento está a ser trabalhado. E quero dizer que, apesar de ter um entendimento diferente, nós falamos com o ICNF relativamente ao guia de boas práticas que ainda não está publicado, e a orientação que nós recebemos é que ele terá que se seguir esse documento, pelo que o parecer que o ICNF nos deu já tem as indicações que vão estar nesse guia. Relativamente às podas que tenho aqui a fotografia, vou aferir porque, como sabe também, neste momento, a Câmara Municipal transferiu para as Juntas de Freguesia a manutenção dos espaços verdes, exceto as duas freguesias da cidade de Loulé. Portanto, vou aferir sendo em Almancil, há aqui um auto de transferência, uma articulação entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal nestas questões. Vou aferir o que é que se passou porque, obviamente, não concordamos também com este tipo de podas, mas vou aferir junto dos serviços o que é que ocorreu, em que freguesia e em que local.-----

Foi concedida a palavra à Vereadora **Mariyln Zacarias**, que cumprimentou todos os presentes e disse sobre as viaturas abandonadas, seja Vilamoura, seja no concelho, estarem a aguardar a disponibilidade de espaço no nosso parque de viaturas, que neste momento vão ser retiradas uma série de viaturas e aí conseguimos fazer novamente os levantamentos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse ao Vereador Carlos Carmo que ouviu a resposta da primeira vez que a disse. Mas a sua resposta não me respondeu a nenhuma das perguntas. Eu realmente espero que essa informação que diz que vai chegar escrita, chegue, porque eu estou ainda à espera da anterior sessão, que foi pedido ao senhor Vereador David Pimentel o detalhe sobre os pagamentos de recebimentos em atraso na rubrica de Vários e continuo à espera. Se eu quiser fazer um requerimento escrito, eu não coloco as questões nesta Assembleia. Se não mas conseguem responder, por favor, façam-na chegar como resposta. Eu não tenho que estar a questionar constantemente e aguardar que decidam se têm informação ou não. Ora, se o senhor Vereador não sabe dizer quem é o representante da autarquia de Loulé nos Órgãos Sociais, esta não é uma pergunta muito complexa. As outras, se calhar, precisa de análise, mas eu aguardo a resposta escrita.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Sandra Ribeiro (CHEGA)**, que quis deixar uma nota ao senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara, obviamente pode escolher quem quiser para vir fazer as palestras e tem todo esse direito mas, na nossa opinião, eu tenho que dizer isto, uma pessoa, seja quem for, que junto do Tribunal Constitucional pede a ilegalização de um partido democraticamente eleito não tem legitimidade para falar sobre democracia.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, dizendo ter ouvido a explicação do Vereador Carlos Carmo dos fogos de artifício e confessou estar um bocado chocada com a sua resposta. Tradição? Trovões? É que eu gostava que me explicasse para que é que servem as Moções e as Recomendações que são passadas nesta Assembleia e que são aprovadas por unanimidade. Se me tivesse dito, por exemplo, que não havia fornecedor, que os valores eram elevados, eu até podia perceber, mas ainda ontem comemorámos 49 dias de liberdade, de quebra de padrões e de tradições e hoje continuamos a falar de uma tradição absurda como fogos de artifício. Em relação aos trovões eu não tenho o contacto com o São Pedro para... peço desculpa, não. Não consigo perceber. Foi aprovado por unanimidade e agora vem-me falar em tradição. Eu preferia que me tivesse mentido, sinceramente.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse não terem ninguém nos Órgãos Sociais da Cruz Vermelha, que fique claro. E fez uma data de perguntas, várias perguntas muito concretas de valores, subsídios, serviços, nós não temos essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

informação, portanto, não podíamos dá-la aqui.-----

O **Presidente da Assembleia**, passou ao ponto seguinte; -----

3- Período da Ordem do Dia; -----

a) - Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; -----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que declarou não ter apresentação para fazer. Portanto, o relatório está aí nas vossas mãos. Se tiverem alguma questão a colocar, façam o favor.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, que referiu não ter no relatório, na parte que concerne às pessoas sem abrigo, 136, eu consegui perceber que em janeiro tivemos 195 atendimentos, 354 em fevereiro e 346 em março. A minha dúvida ficou se este aumento se deve à disseminação do trabalho da equipa, logo são mais procurados ou se tem a ver por, efetivamente, termos mais pessoas em situação de sem abrigo. Relativamente ao concurso do Arrendamento Acessível para os fogos de Salir, que eram cinco, eu gostava de saber quantas famílias é que se candidataram. E agora, relativamente ao canil municipal, no relatório anterior de 12/12/2020 referiram que tinham 124 animais, 33 gatos e 91 cães, a 14/04/2023 temos 27 gatos e 61 cães, que dá 88 animais. Portanto, temos menos 6 gatos e menos 30 cães, uma diferença de 36 animais. O relatório atual refere 83 saídas. Não percebi, mas fico muito sensibilizada por pelos colaboradores do canil municipal ouvirem as minhas intervenções nesta Assembleia Municipal, porque nas duas últimas Assembleias eu questionei sobre referências às 146 adoções para o canil de S. Francisco de Assis e para ABSOL, questionando se se tratava de adoções efetivas ou transferências de animais. Não obtive resposta. No entanto, o relatório já não faz nenhuma referência adoções, mas sim a saídas. Eu não tenho qualquer problema com o português. As minhas questões com o canil são mesmo com a matemática. Quantos animais é que entram, quantos é que são adotados? Qual a diferença entre entradas e saídas? Matemática simples $1 + 1$ igual a 2 ou $2 - 1$ igual a um.-----

Foi concedida a palavra à Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes e declarou que ao ler o relatório bastante extenso, ficou com algumas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

situações que gostava que fossem esclarecidas. Dar aqui um apontamento, vou tentar ser breve para não gastar muito tempo, à situação da Ação Social, na qual é referido, na página 8 e na página 9, que até 31/01/2023 encontravam-se 144 pessoas sem abrigo e após a intervenção da Câmara continuam 115 pessoas sem teto. Na página 9, é referido que até ao dia 31 de março encontravam-se 136 pessoas sem abrigo e, após a intervenção da Câmara, continuam 117 pessoas sem teto. Para mim, para a nossa bancada, dada toda esta conjuntura e considerando os preços que estão a ser praticados, quer na venda dos imóveis, quer no arrendamento dos imóveis e na dificuldade até de encontrar imóveis para arrendar, bem como o aumento das prestações mensais a pagarem ao banco, o número de famílias que podem ficar aqui sem teto vai aumentar. E, por isso, quando é referido na página 13 que o município tem como meta apoiar 1 400 famílias até 2030, parece-me que este número de famílias é bastante baixo para a situação que estamos a viver neste momento e que o ano de 2030 é bastante distante. Aliás, ainda ontem, no decorrer das comemorações solenes do 25 de Abril, foi referido pelo Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, que a situação da habitação no nosso concelho necessita de uma intervenção imediata e urgente e urge solucionar este problema. Que já foi mencionado várias situações para solucionar esta problemática que é vivida no nosso concelho, também foi já falado, muitas vezes por o meu colega de bancada, João Ferreira, em habitações a custos controlados. Também foi referido ainda ontem, pelo Presidente, soluções como a habitação social, habitação, cooperativa, construção própria, aproveitando a revisão agora do PDM, que está a ser realizada. Relativamente às obras, nomeadamente na página 51, principalmente na construção da creche do Forte Novo, questiono se esta obra está a decorrer nos timings que estavam previstos e para quando a sua conclusão, porque têm-me feito chegar informações de que munícipes, pessoas que vivem em Quarteira, estão a inscrever os filhos já na freguesia da Tôr, esta situação, pelo menos a mim, preocupa-me. Relativamente à parte do jurídico e contencioso, nomeadamente nas páginas 54 e 55, à semelhança do que esta bancada já tinha questionado, tanto na minha pessoa como na minha colega Deputada Bárbara Correia, continua a não ser feita qualquer menção relativamente a quantas licenças de utilização foram emitidas durante este trimestre, nem tão pouco quanto processos contenciosos a Câmara Municipal é parte, seja como parte, seja como autora ou ré. Não esquecendo a informação na parte financeira, apenas um esclarecimento, porque, sinceramente, eu de números não percebo muito, nomeadamente nas páginas 63 e 64, no qual são mencionadas as transferências correntes, quer de despesas, quer de receitas. Na página 63, há uma diferença, há um diferencial entre 2022 e 2023, de quase 2 milhões



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

e na página 64, um diferencial de quase 3 milhões. Questiono se isto poderá ser de alguma transferência de competências por causa das Juntas de Freguesia, se é apoios para a escola, o que poderá ser. E não poderia acabar a minha intervenção sem sublinhar na página 106, que as disponibilidades em março de 2022, era de 71 milhões e agora, a 31 de março, está em 81 milhões. Ou seja, a Câmara Municipal tem mais 10 milhões em relação ao ano passado.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse que em relação ao Relatório, portanto, realmente são 204 páginas de muita leitura sobre a atividade municipal. Muitas festas realizadas e protocolos assinados, muitos estudos associados, anunciados, tantas ideias no ar e projetos que demoram em concretizar. Mas o Executivo não dorme a pensar no nosso conforto e qualidade de vida. O povo sente-se feliz com tantos eventos. Ainda temos o sabor dos festejos da passagem do ano, já brincámos ao Carnaval por todo o concelho e agora as festas da Mãe Soberana. Tudo isto teve imensos custos para o município, mas neste imenso relatório de tantas folhas, nem sequer uma nota se refere a tal. Neste sentido, perguntamos ao senhor Presidente quanto custaram ao município estes três eventos? No que toca à habitação, continuam a caminhar a passo lento. Registamos com agrado o concurso de atribuição dos cinco fogos em Salir. A pergunta que tinha que fazer, já foi feita, mais os 17 em curso, apesar de ter terrenos e edifícios para reabilitar, adquiridos há mais de três anos alguns, as obras não se iniciam. Existem projetos aprovados ou com concursos em curso. No dia 25 de Abril, o senhor Presidente aproveitou e anunciou o início da construção de 193 fogos. Ficámos satisfeitos, mas onde é que vão ser feitos? Já percebemos que vai reabilitar sete fogos no Berro, construir 17 em S. Bento Cristão, já estão em curso. A empreitada da Clona 64. Onde são os outros? -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Isilda Guerreiro (CDS)**, declarando que a sua bancada se associa às questões aqui colocadas no que diz respeito à habitação. Numa anterior Assembleia, num relatório semelhante, já foi aqui mostrado a disparidade que há entre algumas freguesias do nosso concelho. Algumas delas são, de facto, dormitórios de zonas onde as pessoas se deslocam para trabalhar. Foi questionado qual era o plano a nível de habitação, especificamente para Almancil e foi-me respondido que os números que estavam aqui, eram os já existentes, mas não me responderam o que é que está pensado para o futuro para Almancil. Então aí, gostaria de me associar à questão do caro colega Carlos Martins, deste número imenso que o Executivo anunciou, se está incluído nessa fatia alguma habitação, porque, de facto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

não há habitação suficiente no concelho em geral e nalgumas freguesias acentua-se essa preocupação.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Em relação ao número de concorrentes ao concurso, para atribuição dos cinco fogos que estão praticamente concluídos e em condições de entregar em Salir, concorreram 133 candidatos. Portanto, para quem diz que é só para amigos, temos ouvido isso muitas vezes, é um concurso público. As pessoas têm direito, há regras definidas e, portanto, é um júri que vai apreciar 133 candidaturas. -----

Em relação à Deputada **Ana Poeta (PAN)**, portanto, os números são aqueles que são transmitidos pelos serviços. Adoções é claro que são diferentes de saídas, portanto, as adoções que são feitas, são pessoas, como sabe, que se dirigem aos serviços do Canil e mediante o cumprimento de determinados requisitos, podem adotar animais. Isso é o que está. Portanto, não tenho mais nada a acrescentar. As saídas podem ser por diferentes, ou um acidente do animal, que é preciso socorrer, recolher, encaminhar para um hospital. Portanto, isso são as saídas. Já agora aproveito também, porque há um bocadinho não lhe disse, quem está no desempenho desta função, celebrar a festa grande da Mãe Soberana sem fogo de artifício tal como ele existe, não é um problema de fácil solução. Não é um problema de fácil solução, porque nós não podemos, portanto, ignorar, como sempre foi feito, nunca foi de outra maneira. E, portanto, como é que nós vamos resolver esse problema? Diga-me. Um referendo? Eu tomo a responsabilidade, eu tenho procurado encontrar resposta para a questão que me colocou, mas o senhor Vereador Carlos Carmo disse, e muito bem, enfim, a vida é o que é. Há coisas que nós não temos capacidade de as alterar de um momento para o outro. Os animais, quando há uma grande trovoada, também se assustam, as crianças assustam-se e, portanto, nós temos que estar lá para protegê-los, para apoiar. Portanto, as pessoas que, naturalmente eu compreendo que, portanto, sofram quando o animal que está em causa e ouve o rebentamento de foguetes e fogo de artifício, pois olhe, tem que apoiar o animal. Eu compreendo isso perfeitamente. Agora, neste momento, não tenho resposta para resolver essa situação, porque tenho a certeza que a esmagadora maioria das pessoas no concelho de Loulé não aprovaria uma decisão dessas e isto mexe com uma festa que é importantíssima para a comunidade louletana. Há um padrão de comemoração e de celebração destas festas da Mãe Soberana, que eu não vejo aqui solução fácil para resolver o problema que coloca com toda a legitimidade e que eu até compreendo, mas que não tenho resposta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Em relação à habitação, eu vou repetir aquilo que disse e há uma pergunta concreta do senhor Deputado Carlos Martins. Nós temos trabalhado, temos um gabinete, nós temos um gabinete a trabalhar nesta questão. Há terrenos adquiridos, há casas antigas adquiridas, degradadas, há projetos feitos para reabilitar essas casas, há obras em construção, há outras cujo concurso público foi recentemente lançado, nomeadamente na rua de São Paulo, para a reabilitação de um casario velho com nove fogos. Em breve, vamos abrir outro concurso público na rua ali ao lado e que são mais cinco fogos. Portanto, o trabalho está a fazer-se ao lado da rua de São Paulo, não muito longe, agora não me ocorre o nome da rua. Portanto, o trabalho está a ser feito e, para ser concreto, neste momento em que vamos iniciar em simultâneo 193 fogos, sendo que 64 são de iniciativa municipal e os restantes são, portanto, em regime de HCC, em que há uma empresa que adquiriu lotes e, cumprindo as normas de habitação de HCC, se propõe construir 129 fogos. Portanto, eu penso, senhores Deputados, que nós estamos a trabalhar bem neste domínio. As necessidades são muito grandes, tinha que ser mais depressa, estou de acordo, mas nós não conseguimos fazer mais depressa. Estas coisas têm procedimentos, levam o seu tempo e é fácil, é fácil para quem está na oposição, porque não está aqui deste lado a lidar com os problemas concretos, é fácil dizer que não se está a fazer tudo aquilo que se pode fazer. Nós estamos a fazer tudo aquilo que se pode fazer. Os senhores que não estejam de acordo é o vosso direito. São em Loulé, Deputado **Carlos Martins** (BE), estamos a falar de construção em Loulé. Neste momento estamos em processo de início para contratualizar fogos na aldeia da Tôr e em Boliqueime. Julgo que na ordem de 20 fogos na Tôr e 20 em Boliqueime. Não tenho a certeza destes números, em fase de projeto, 10 em Boliqueime e 20 na Tôr, assim é que é. Na habitação, que é precisamente daqueles setores onde estamos a trabalhar muito bem e depressa, contrariamente à vossa opinião. Em Almancil e em Quarteira, que é um grande problema, nós ainda não identificámos terrenos disponíveis para começar, mas vamos começar também. Por que o nosso propósito é, de facto, até 2030 ter as 1 400 soluções, atenção, 1 400 soluções não são 1400 fogos porque, como sabem, dentro da nossa estratégia de habitação há também o recurso ao subsídio ao arrendamento, por exemplo, e, portanto, aí também vamos encontrar muitas soluções. Neste momento, há cerca de mais de 200 famílias no concelho de Loulé que estão a receber um apoio para poderem pagar as suas rendas. Também fizemos isto, abrimos já duas vezes concurso, analisamos candidaturas e, de acordo com o rendimento das famílias, estamos a apoiar mais de 200 famílias. Senhores Deputados, sejamos sensatos, o município de Loulé é dos municípios, neste momento, que mais trabalho tem para mostrar à população no domínio da habitação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Senhor Deputado **Carlos Martins (BE)**, os eventos, pela primeira vez este Executivo orçamentou, como perguntaram aqui várias vezes, quanto é que custa, nós tínhamos que andar a fazer contas complicadas. Nós a partir do ano anterior, quando aprovámos o nosso Orçamento, nós designámos rubricas e afetámos verbas a essas rubricas. Portanto, o senhor tem lá uma primeira ideia. Quanto é que foi? Nós podemos apurar, mas tem lá de certeza um valor já muito aproximado relativamente àqueles que foram os gastos nessas festas. E já agora, referiu-se com alguma ironia às festas, mas eu quero dizer que para este Executivo a festa faz parte da vida dos cidadãos. Os cidadãos têm direito a celebrar as suas festas. É bonito haver festas, porque isso faz parte da vida de todos nós. Muito bem e direito à habitação, estamos a trabalhar também no direito à habitação, como agora mesmo ouviu. Ou está à espera que a gente só construa casas e acabe com a festa da Mãe soberana, acabe com a Noite Branca, acabe com o festival Med? Pode bem esperar, porque nós isso nunca iremos fazer. --- Portanto, para já é sobre a questão muito específica dos sem abrigo, lá está outro capítulo da gestão autárquica, onde a Câmara Municipal de Loulé é um exemplo a nível nacional, na questão da abordagem aos sem abrigo com o programa Housing First, acho que há ainda um outro, Apartamentos Partilhados, nós também aí, o município de Loulé é um município que não se envergonha quando comparado com outro qualquer no nosso país.-----

A creche, partilho da sua preocupação, nós também achamos que a creche está atrasada. Está atrasada, é uma dificuldade que nós temos. Andamos a seguir os trabalhos com especial atenção, porque estamos preocupados com isso. Senhora Deputada, estas coisas acontecem. E, portanto, tal como aconteceu um erro na outra, nada aqui é perfeito, tudo aqui tem defeitos, mas pode ter uma certeza, é que esta equipa que aqui está, trabalha muito dedicadamente para que as coisas corram o melhor possível, mas, apesar disso, haverá sempre coisas que os senhores podem legitimamente criticar porque não correm bem. Disso não tenho dúvidas nenhuma e espero que os senhores também não tenham.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, dizendo que cabe aos membros da Assembleia Municipal fiscalizar e questionar sobre a atividade municipal. Se ele fica muito nervoso porque não gosta de ouvir as perguntas, tem que fazer uma redação daquilo que a gente lhe deve perguntar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Foi concedida a palavra à Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, dizendo que não foi dado esclarecimento à informação financeira que tinha solicitado.-----

Em seguida, foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que referiu rapidamente que as transferências correntes que a senhora Deputada Cláudia Mendes solicitou, no que diz respeito às transferências correntes nas receitas, a evolução tem a ver com as transferências da parte da educação. Passamos a receber transferências do Estado no que diz respeito ao domínio da educação e essa variação positiva de 1 700 000 EUR, a maior parte diz respeito à educação, não é totalidade, mas é a maior parte. No que diz respeito às transferências correntes das despesas e que também falou de uma variação significativa, é de mais de 2 milhões de euros, sendo que 2 milhões euros são as transferências correntes para as Juntas de Freguesia. Isto é o aumento que o município tem das transferências correntes. Há um mapa a seguir detalhado, onde está especificado aquilo que é o valor das transferências correntes das despesas para as Juntas de Freguesia e o valor certo, está lá, eu agora não tenho aqui, mas sei que é arredondado, 2 milhões de euros. E creio que eram as questões. Sobre as disponibilidades, eu irei tecer um comentário na apresentação da prestação de contas que, eventualmente, poderá ajudar a esclarecer sobre as disponibilidades financeiras do município. Agora, neste momento, se não se importar, depois ficará mais evidenciado já de seguida. Obrigado.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que disse ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, ter um estilo um bocadinho, às vezes, exuberante. Mas eu não estou zangado nem nervoso com as suas perguntas. Eu estou aqui para cumprir o meu papel. Se eu às vezes, enfim, me transcendo um bocadinho, sou mais exuberante nas palavras, entenda isso como o meu estilo natural, porque quando eu estiver zangado, espero conter-me sempre perante esta Assembleia para nunca me zangar, porque isso seria muito mau para mim. E, portanto, não estou zangado, não estou nervoso, estou calmo a responder a esta Assembleia sobre o nosso trabalho aqui na Assembleia Municipal. Em relação aos sem abrigo, a pergunta que a senhora Deputada fez resulta, do quê? É que no período de frio, as nossas equipas de rua começaram a ir mais regularmente para a rua. Portanto, o número de sem abrigo não aumentou, eles são os mesmos, mas vêm mais vezes ter connosco e, portanto, e cada ação de atendimento é registada e é refletida neste gráfico que aqui está. Essa é a explicação que tenho para lhe dar. Espero ter respondido. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

Foi concedida a palavra ao Deputado **Abel Matinhos (PS)**, que fez só uma breve nota. Relativamente aqui ouvi a senhora Deputada **Cláudia Mendes (PSD)**, a quem tenho muito respeito, falar sobre a questão dos sem abrigo. O senhor Presidente também falou sobre a questão dos sem abrigo e acho que nós temos que ter uma noção, quando falamos desta problemática, que é a seguinte, quando falamos de sem abrigo, estas pessoas não estão na rua e não se resolve o problema destas pessoas só com a questão do alojamento. Ou seja, tem que haver um acompanhamento diário destas pessoas, tem que haver um acompanhamento psicológico a estas pessoas, tem que lhes ser facultado um acompanhamento psicológico. Tem que se auxiliar estas pessoas na busca e na procura de trabalho, porque alguém que está durante algum tempo na rua é difícil arranjar trabalho, porque se cria um certo estigma em relação a estas pessoas. Portanto, ter políticas de combate a esta problemática não é algo nada fácil. Dizer que a Câmara através da Divisão de Ação Social tem feito um excelente trabalho no que toca ao tratamento destas pessoas e destas problemáticas. Mas realmente ter uma solução rápida e eficaz, não é de todo fácil. Dizer também que a Junta de Freguesia de São Clemente tem tido um trabalho absolutamente formidável no que toca a este assunto em específico, tem uma casa abrigo, uma residência abrigo para estas pessoas e tem feito também um acompanhamento praticamente diário estas pessoas. Aliás, o senhor Presidente da Junta de Freguesia vai lá quase diariamente também dar assistência e saber, levantar as problemáticas, tentar também resolver os problemas que vão existindo. Portanto, isto não é uma questão fácil, é uma questão bastante complexa, mas teremos que trabalhá-la diariamente para também conseguir auxiliar estas pessoas e também tentar erradicar este problema, que de todo não é fácil.-----

O **Presidente da Assembleia**, não havendo mais inscrições, disse saberem que não é muito hábito fazer intervenções políticas. E já tinha dito que no dia em que resolvesse fazer uma intervenção política, iria falar do púlpito como Deputado. De qualquer maneira, vou falar daqui da Mesa por uma questão muito simples. A primeira questão é, todos nós aqui temos a consciência de quanto é estratégica e importante para as pessoas deste concelho as questões da habitação. Isso, inclusivamente, tem-nos levado em sede de Comissão Especializada de Ordenamento do Território a conseguir chegar a uma série de consensos, com a colaboração da Câmara, dos líderes de bancada e das pessoas que compõem a Comissão Especializada. Para todos nós aqui, o principal interesse que nos une aqui, para além das clivagens político-partidárias é o interesse municipal. -----

E, dito isto, há dois ou três aspetos que eu penso que têm que ser deixados claros e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

clarificados, passando o pleonasma. O primeiro, é que ninguém, eu pelo menos nunca me apercebi, ninguém questiona o trabalho feito pelo Executivo no que diz respeito às políticas de habitação, já para não falar em muitas outras, que ainda hoje assistimos o PSD a elogiar o trabalho feito pelo Executivo na área da educação, no apoio que sempre deram nessas matérias. Portanto, toda a gente reconhece o esforço que o Executivo está a fazer nesta matéria. Neste momento toda a gente sabe, o Executivo também está consciente disso, de que desde, direi aproximadamente assim, de forma empírica, desde o início da construção do IKEA, que o nosso concelho, e principalmente a zona de Loulé e arredores, entrou em colapso no que diz respeito à habitação. Deixou de haver casas para alugar, deixou de haver quartos para alugar, depois de que, todos aqueles que havia, os preços dispararam. Este problema é um problema que se passa a nível nacional, mas que no nosso concelho, por motivos vários, tem tido um impacto maior. Ou seja, apesar de toda a prioridade que o Executivo dá a esta matéria, apesar de todo esforço e de todo o trabalho, que eu nunca vi aqui ninguém pôr em causa, e toda esta minha justificação também está porque a Deputada **Cláudia Mendes** (PSD), utilizou palavras do meu discurso na sessão de ontem, e eu quero deixar ficar claro que falei enquanto Presidente da Assembleia e ciente de que estou a transmitir o sentimento, diria até, de todos os Grupos Municipais e do Executivo, de que esta prioridade a dar solução ao problema da habitação. Isso tem sido, foi um dos focos que tem orientado o nosso trabalho e o trabalho do Executivo no que diz respeito, como já referi, à Comissão Especializada de Ordenamento do Território. -----

Aquilo que surge de novo é que, para além da importância que o município já dava, nomeadamente através da sua estratégia local de habitação, estratégia municipal, não sei qual é a forma correta, mas pronto, é a estratégia que a opção do município, do Executivo para o nosso município. De um momento para outro, a conjuntura alterou-se com o próprio Governo nacional a dar prioridade e a querer incentivar fortemente as soluções nesta matéria. E essa é a grande oportunidade que penso que devemos aproveitar, e nada disto põe em causa todo o trabalho que o Executivo tem feito nesta matéria, mas, pelo contrário, nos deixa muito, muito cientes quanto a mim, pelo menos a mim, numa situação muito clara: Vai ser fundamental tomarmos iniciativa nesta fase em que as medidas finais forem anunciadas e começar a corrida à habitação. Porque, como nós sabemos, as empresas da construção, neste momento, debatem-se com falta de mão-de-obra. Portanto, a capacidade de resposta a toda a movimentação que o mercado vai ter na sequência das medidas do Governo para incentivar a habitação, as políticas de habitação, habitação social a custos controlados e habitação cooperativa, vai ser fulcral o tomarmos iniciativa e aquilo que penso que deve, e é a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

leitura que deve ser feita das minhas palavras, é que esta é a altura fundamental para o município, que já está na vanguarda daquilo que é a preocupação com a habitação, aproveitar tudo aquilo que já tem feito e mal sejam anunciadas as medidas concretas que o Governo vai decidir, no âmbito do reforço destas políticas, estamos em condições vantajosas para muito rapidamente tomarmos a liderança e conseguir ainda mais respostas e mais soluções do que os outros. Portanto, eu daquilo que conheço do Presidente, é uma coisa que nos une no fundo, ninguém está de consciência tranquila enquanto houver pessoas neste município sem habitação, sem um teto onde se abrigue e famílias, com crianças muitas vezes, que não têm onde viver, ou têm de viver todas aos molhos em quartos, porque é essa situação atual. Portanto, esta é uma área que, como eu disse no meu discurso, e daí ter estado a desenvolver, peço desculpa o adiantado da hora, mas penso que este é um assunto demasiado importante para o município para que possa haver aqui fricções e divisões entre nós e a oposição que usa as palavras do Presidente, porque o Presidente também está... nós estamos todos do mesmo lado no que diz respeito à habitação. Eu penso que isto é claríssimo para toda a gente. Agora, trata-se de conseguir, com tudo aquilo que já está feito, conseguir o que é fundamental para poder alavancar a execução dos apoios que vêm a nível nacional para que o nosso município rapidamente resolva, de uma vez por todas, uma casa para cada pessoa, para cada família que é, de facto, a consagração de um direito constitucional. E penso que estamos juntos nisso, Senhor Presidente, não só comigo, mas com toda a Assembleia, muito obrigado.-----

Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara**, que sublinhou a importância das suas palavras porque, de facto, vêm ao encontro, e confirmam e reconhecem que a Câmara tem feito um esforço grande, mas que temos que ser mais ambiciosos. Estou inteiramente de acordo com o senhor Presidente e com os Deputados Municipais. E quero que fique aqui claro que não foi em vão que o município de Loulé constituiu uma equipa que não faz mais nada que é trabalhar neste dossier, uma equipa de gente competente e que têm feito um enorme trabalho. Mas que os resultados, quanto a mim estão bem à vista, e se nos perguntarem, estamos satisfeitos, vamos abrandar, não. O que eu quero acelerar, não estamos satisfeitos e temos de ser mais ambiciosos e trabalhar ainda mais, portanto estamos de acordo, estamos alinhados e eu acho que vai correr bem. Eu tenho que ter essa perspectiva otimista de que o trabalho neste setor, como em outros, mas este é o mais importante de todos, talvez, que vai correr bem. Muito obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a) - **Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal e da Situação Financeira do Município**, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro; foi apreciada pela Assembleia Municipal .-----

Passou-se ao ponto seguinte; -----

b) - **Proposta da Câmara Municipal n.º 749-2023 [DAF] - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação do ano 2022/ Documentos de Prestação de Contas, Documentos de Prestação de Contas de 2022**, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; **para deliberação**; -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, declarando que o ponto é extenso. A documentação, fizemos uma breve apresentação para sistematizar a informação que julgamos ser mais relevante. Se for possível fazer aqui a projeção, agradecia encarecidamente. -----

O **Presidente da Assembleia**, aproveitou para dar conhecimento de que o procedimento para a remodelação do equipamento tecnológico da Assembleia já está a decorrer. Aquilo foi posto a concurso em dois lotes. Penso que a data terminou, no dia de hoje. Foram apresentadas duas propostas até ao momento. Agora não sabe se é uma proposta para cada lote, se é duas propostas para o mesmo lote e zero propostas para um dos lotes, mas pronto está a decorrer. Isto para vos dizer que aquele projetor pifou, tivemos que o substituir indo roubar, não sei aonde, às instalações da Câmara Municipal e que, no final, ele retornará onde ele pertence, porque todo o material está um bocado por arames, mas o processo concursal está quase a concluir.-----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que disse, antes de começar a apresentação, para por favor perdoarem o timbre de voz e se, eventualmente, falhar a voz durante a apresentação porque na garganta, não se sentia muito bem. A apresentação segue a mesma estrutura da que fizemos o ano passado para a prestação de contas e haverá alguns dos assuntos também relevantes que não foram aqui dissecados e estarei naturalmente no final disponível, eu e naturalmente todo o Executivo, para as dúvidas que queiram colocar. -----
A apresentação tem apenas estes quatro pontos e avançando rapidamente, até porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

a noite já vai longa, na introdução, o cenário macroeconómico. Só dar aqui uma referência, um destaque significativo ao IPC, que é a taxa de inflação, Índice de Preço no Consumidor. Já tinha sinalizado ou já tinha sido sinalizado, o ano passado, na prestação de contas um acelerar do IPC. Este é o registo do final do ano, está ali o dado de 2021 e esta é uma evolução da taxa de inflação que nos afeta a todos nós, o custo de vida, especialmente às pessoas com maiores dificuldades e isso é absolutamente relevante na estratégia municipal. -----

No que diz respeito à execução orçamental, fechamos o ano com a execução da receita em 82.9%, na despesa a 72,3% e nas Grandes Opções do Plano (GOP) 63.4%. É uma execução, de facto, inferior à do ano passado. Mas para termos uma noção evolutiva, resolvemos trazer aqui um gráfico que demonstra a evolução das execuções orçamentais desde o ano de 2010. No que diz respeito à receita, portanto, a barra cinzenta no gráfico determina a execução da receita, a barra azul à execução da despesa e a linha a vermelho a das Grandes Opções do Plano. -----

O ano de 2022, naturalmente, fica marcado pela guerra e isso criou algum cenário de instabilidade que não potenciou algumas atividades que tínhamos definido, designadamente, nas Grandes Opções do Plano, mas continuando. Quais são as principais evoluções da prestação de contas e daquilo que foi a execução orçamental do ano passado? Na receita total, temos um ano recorde de 162 milhões de euros, proporcionado principalmente pela evolução das despesas correntes e, dentro das receitas correntes, a principal evolução é do IMT. O IMT estava orçamentado, para o ano 2022, de acordo com o máximo permitido por Lei, que era a média móvel dos últimos 24 meses, em novembro de 2021, foi quando foi fechado o orçamento de 2022 e era de 51.8 milhões de euros. O valor real de 2022 foi de 84.8 milhões de euros. E respondendo à senhora Deputada Cláudia, quando lhe disse que a evolução das disponibilidades do município iria ser dissecado aqui na apresentação, estes 33 milhões de euros adicionais àquilo que estavam orçamentados não podiam ser utilizados durante o exercício do ano de 2022. Por lei, só podemos utilizar aquilo que é o montante orçamentado, quando essa orçamentação é do valor máximo permitido por lei. Se se recordam, na apresentação do orçamento, em dezembro do ano passado, para este ano em curso, nós já não estivemos no máximo permitido por lei do IMT, já prevendo um desaceleramento. E se vocês olharem para a execução orçamental do primeiro trimestre, já podem constatar esse facto com a redução de mais de 5 milhões de euros do valor de MT. Portanto, a prudência naquilo que é a reflexão das receitas expectáveis é um bom princípio de gestão. Já agora, sobre as receitas de capital, há uma redução muito substancial. Importa relembrar que o ano passado tivemos uma evolução de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

quase 300% naquilo que foi a evolução das receitas de capital, em grande parte por causa do final do programa operacional Portugal 2020 e da execução dos fundos comunitários. Como terminou esse quadro comunitário e o quadro Comunitário 2030 está ainda, neste momento, a serem lançados os primeiros avisos e a codificação do mesmo, houve aqui um período de interregno entre o fecho de um quadro e o início do outro, daí a redução que será algo refletido a nível nacional. Só este mesmo mapa que o ano passado também veio, aquilo que diz respeito aos valores de IMT são as barras a azul claro, a evolução do IMI são as barras azul escuro. Pode-se ver que desde que o município de Loulé definiu a taxa mínima de IMI a 0.30, que é a taxa mínima legal permitida em 2018, o valor do IMI tem-se mantido estável à volta dos 28 milhões de euros. Aquilo que progride substancialmente são os valores de IMT. Também já foi mencionado na apresentação do orçamento, não é que se esteja a transacionar muito mais imóveis no concelho de Loulé, é o preço médio do metro quadrado e é aquela questão, que também foi já aqui apresentada, desde a Lei do Orçamento de Estado de 2020, a taxa máxima do IMT para imóveis a partir de 1 milhão de euros de transação, passou dos 6% para 7,5%, com impacto substancial no país inteiro, não só em Loulé. Mais uma nota, política fiscal municipal mais competitiva do país, portanto, a taxa de IMI nacional, a taxa de IRS variável a 0%, podia ser até 5% e a derrama a 0%. Significa que estamos a deixar na economia das famílias e das empresas do concelho de Loulé 20 milhões de euros que não estão a ser arrecadados pelo município e que poderiam ser se aplicássemos outras taxas. Continuando, uma vez que falamos das receitas, vamos agora falar um pouco sobre as despesas. Despesa total de 141 milhões de euros, também uma das despesas recorde do município e no que diz respeito às correntes, as principais questões que têm sido sempre colocadas é sobre as despesas com pessoal, então vamo-nos reter aqui um pouco. E neste slide, uma vez que tem muita informação, só tentar sistematizar as despesas com pessoal evoluíram 4.6%. Em termos orçamentais tínhamos previsto um crescimento de 10%, portanto, crescemos abaixo daquilo que estava orçamentado. Temos um total das despesas com pessoal, sobre as despesas totais, de 29.2%. O último anuário financeiro dos municípios de Portugal, que saiu no final do ano passado é de 2021, o fecho de contas de 2022 está a ser feito agora e depois há de ser feito esse anuário referente ao ano 2022, mas a média dos 308 municípios em Portugal, é de 29.7%, portanto, estamos abaixo dessa média. E quais são as principais razões de evolução das despesas com o pessoal? Aqueles 78% que veem no canto inferior esquerdo diz respeito à variação do Salário Mínimo Nacional (SMN), que representou mais de 545 000 EUR de processamento no ano de 2022, do que em 2021. As valorizações remuneratórias, os aumentos gerais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

mais de 874 000 EUR. Só mais uma nota sobre o Salário Mínimo Nacional. Às vezes, é importante lembrar que, no ano de 2014, estávamos em apenas 485 EUR por mês, sendo que no ano de 2022 era de 705 EUR e bem sabemos que tem evoluído para que as famílias possam, efetivamente, ter maiores rendimentos. Continuando na apresentação, este gráfico também foi apresentado no ano passado apenas para mostrar o histórico de evolução do número de trabalhadores. A barra azul demonstra essa progressão. Entre os últimos três anos tem havido uma evolução, desde 1 940 trabalhadores, em 2020-21 e este ano passado 2022, fechamos com 2 059 colaboradores. Agora vamos olhar com um pouco mais de atenção este número, porque a evolução do número de trabalhadores foi de 2 000 para 2 059, mais 59 trabalhadores no município mas, o ano passado, só da delegação de competências das escolas secundárias, que foi aquilo que foi recebido durante o ano passado, rececionámos 96 colaboradores que estavam afetos ao Ministério da Educação e passaram a estar no quadro da Câmara Municipal. Se assim não fosse, teríamos fechado o ano com 1 963 colaboradores. Portanto, as progressões muitas vezes também são afetadas por esta transferência de competências, não só no nosso município, mas como os demais. Até porque também é um tema que nós gostamos de trazer para aqui, porque o universo do município também inclui as empresas municipais. Estão aqui todas as empresas municipais cuja participação no capital é superior a 50%. Portanto, daí são as empresas onde o município exerce maioritariamente a tomada de decisão. Estão aqui todas elencadas, evolução desde 2017 até ao ano passado é de mais seis colaboradores. O ano passado eu tinha apresentado este mapa em que o ano de 2021 não havia uma progressão do quadro, se bem se recordam, e aqui trazemos para mostrar que há de facto uma progressão, mas são apenas seis colaboradores no universo de 360. Continuando despesas correntes, fechamos o capítulo, depois estaremos cá para mais dúvidas que possam existir. Despesas de capital, o investimento é o que se destaca com 29.4 milhões de euros. É menor do que tivemos no ano passado, é preciso não nos esquecermos que em fevereiro houve o início de uma guerra na Europa. A evolução dos preços das matérias-primas, combustíveis, dificuldades nas cadeias de abastecimento, subidas de taxas de juro. Houve imprevisibilidade pelos agentes económicos, designadamente para os empreiteiros. Foi um ano difícil e, mesmo assim, o município de Loulé conseguiu 29 milhões de euros de investimento. Continua a ser o município de Portugal de média dimensão, com o maior investimento de capital nos últimos três anos. Não sou eu que o digo, é o anuário financeiro dos municípios portugueses. E a média de investimento nos últimos quadriénios, vamos tentar ter sempre esta lógica, podemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

ter blocos de quatro anos de comparação, aqui já não diz respeito aos ciclos dos mandatos, porque vamos deslizando ano após ano, mas podem verificar que de 2011 a 2014 foram 18 milhões de euros, 15 milhões de euros no quadriénio seguinte, neste último quadriénio, estamos com um investimento médio na ordem dos 30 milhões de euros. E, estou muito expectante em relação ao ano em curso e este é um desafio aqui para o meu colega Abílio que de certeza absoluta vai fazer com que a escala rebente aquilo que é o investimento público no nosso concelho este ano. Dívida e prazo médio de pagamento e estou mesmo já a terminar. O ano passado também trouxemos precisamente este gráfico. Este gráfico mostra a linha vermelho significa o limite da dívida, conforme estabelecido pela lei, que é, quanto é que nós podemos contra atualizar dívida. Portanto, nós poderíamos ir buscar muita dívida à banca e aquilo que é a zona, enfim, a barra a laranja e amarelo a diminuir, que é o total da dívida que o município tem. Tem um pequeno resumo só para facilitar a leitura. Já agora, podem reparar que em 2022, na tabela que está aí, tem 12 000 800 EUR de dívida e depois eu estou aqui a apresentar 12 300 000 EUR naquilo que é o lado direito. Isso é porquê? Porque ali está apenas a dívida do município, seja entidades participadas, está aí uma pequena diferença. A grande razão de apresentar estes dois números é que, de 2013 a 2022, houve uma redução de 81.4%. Portanto, o município continua com o menor passivo exigível dos últimos 20 anos. Mais uma nota sobre o prazo médio de pagamento do município, utilizando aquilo que, o ano passado até tínhamos o valor de 2012, que era de 270 dias, se a memória não me falha, em 2013 já estava nos 117 dias de prazo médio de pagamento a fornecedores, em 2022, mantivemos o mesmo registo de 2021, só prazo médio de pagamento de 6 dias. É assim que nós conseguimos que os nossos fornecedores de bens, serviços, de empreiteiros possam ter os pagamentos em dia para aquilo que é a sua atividade e o processamento salarial que têm que fazer. Grandes Opções do Plano (GOP) e resultados líquidos do exercício. (Mais dois slides e termino). Nas Grandes Opções do Plano, temos aquilo que está orçamentado, e não estão aqui todas as rubricas, estão apenas algumas e aquilo que estava compromissado e aquilo que foi a execução. Sabemos perfeitamente quais é que são as áreas, não estamos a atingir os patamares de execução que queríamos. Na saúde e na habitação são áreas em que temos que acelerar mais do que temos conseguido, até agora. Na saúde temos aqui aquilo que é a empreitada que a decorrer aqui a bom ritmo, aqui em Loulé, no Centro de Saúde, Unidade de Saúde Familiar e Unidade de Continuados que até creio eu que vai acabar antes do prazo previsto. Está aí quem me possa corrigir, o senhor Vereador Abílio, mas essa empreitada significará que este ano vamos ter uma aceleração na execução da saúde dos investimentos. A habitação é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

tema tão preponderante que seguramente teremos que ter, eventualmente, uma Assembleia específica para o tema. Não sei se o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deixe-me reiterar aqui que talvez começa a chegar uma altura de termos uma Assembleia Extraordinária para, efetivamente, falarmos sobre onde é que estão os terrenos adquiridos, o que é que pode ser construído lá, quais são os projetos que já temos em curso, o que é que está lançado para concursos de empreitadas, quais são as empreitadas adjudicada. Porque atrás dos números estão locais, territórios, planeamento de médio e longo prazo, que nem sempre é fácil de dizer atrás do microfone, mas mostrando se calhar torna-se mais fácil. Depois estão as outras execuções, saneamento, resíduos sólidos e cultura e desporto com maiores taxas de execução das Grandes Opções do Plano. Último slide, resultado líquido do exercício, mais uma vez, um excelente resultado, obviamente muito induzido também pelos valores do imposto sobre a transação onerosa de imóveis e a 27.1 milhões de euros. Os municípios, o resultado líquido não é como nas empresas, não é para distribuir dividendos, nem é para sair daquilo que é a rendibilidade da organização. Aqui são incorporados nas reservas obrigatórias por lei e nos resultados transitados e temos uma evolução muito significativa do ativo e uma diminuição no passivo. Estamos disponíveis para qualquer questão que tenham. Obrigado. -----

O **Presidente da Assembleia**, agradeceu a sugestão, com a qual concordava o Presidente da Câmara. Penso que será uma bela sugestão para esta Assembleia, ponderar em sede de Conferência de Representantes a realização de uma Assembleia Municipal temática no que diz respeito à habitação. Penso que esta é a altura de pegarmos no assunto e continuarmos a encontrar convergências. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que agradeceu a explicação do senhor Vereador. Relativamente aos gastos do pessoal, falou do aumento destes gastos devido à atualização do salário mínimo nacional e do aumento de funcionários que passa de 2 000 para 2059, o que efetivamente justificou o aumento. Agora aquilo que eu não entendo é como é que estes dados estão corretos, porque na página 26 das demonstrações financeiras a Câmara não pagou o subsídio de Natal a nenhum funcionário. -----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Márcio Rodrigues (PSD)**, que cumprimentou todos os presentes. Quero tecer aqui algumas considerações em nome do Partido Social Democrata de Loulé sobre a prestação de contas de 2022 deste município e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

dizer que o exercício de 2022 plasmado neste relatório de prestação de contas evidencia o que já se antevia, mas nunca é demais destacar e evidenciar. A Câmara Municipal de Loulé está de boa saúde financeira. Provavelmente, estaremos vivendo um dos melhores momentos da sua história do ponto de vista financeiro. Contudo, é importante realçar as seguintes situações que deverão merecer, da parte do senhor Presidente e do seu Executivo, uma atenção especial. De referir e destacar que a taxa de execução da receita cifrou-se em 82,9%, sem incorporação do saldo de gerência, aumentando depois da sua integração em 111,2%. O total de receitas foi, em 2022, o mais elevado de sempre, quase 162 milhões de euros, mais de 16% do que em 2021. Quem mais contribuiu para este aumento de quase 23 milhões de euros de entrada nos cofres da Câmara foram receitas obtidas, sem dúvida, com o IMT e que, ainda face a 2021, cresceram uns estrondosos 28,1%. Relativamente às despesas em 2022, a sua execução cifrou-se em 72% e no que diz respeito às Grandes Opções do Plano em 63,4%. De acordo com a informação prestada, quer para o orçamento despesa, quer para as Grandes Opções do Plano, 2022 foi um dos piores anos em termos de execução orçamental, algo que nos causa alguma estranheza. No entanto, da análise de despesa, e comparando 2021 e 2022, verifica-se que, assim que as transferências correntes e subsídios cresceram em 53,4%, as prestações de serviços sobem 12,2%, mas sobem igualmente outras rubricas orçamentais e que merecem ser destacadas, anotadas e acompanhadas, tais como as despesas de pessoal, que tem um aumento de 1,8 milhões de euros e também o aumento de outras despesas correntes em sensivelmente 43%. As despesas, como é natural, encontram-se intimamente ligadas às dinâmicas de execução da receita e não nos opomos à sua utilização em proveito do desenvolvimento do concelho. No entanto, assiste-se ao aumento dos custos fixos, recursos humanos e outras despesas que são assumidas numa ótica de continuidade, plurianualidade sustentadas na obtenção de receitas variáveis. O IMT que, como é do conhecimento generalizado, varia consoante as dinâmicas do mercado imobiliário, algo que até ao momento tem sido favorável à Câmara Municipal de Loulé, mas sem certezas quanto ao futuro. Em suma, a Câmara Municipal de Loulé goza de uma saúde financeira exemplar, pelo que recomendamos ao Executivo o rigor no exercício da execução orçamental.

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que referiu que, numa primeira abordagem ao relatório de contas referente a 2022, duas rubricas sobressaem e merecem uma reflexão mais cuidada. Mas que, infelizmente, não teremos tempo para dissecar nesta sessão. Por um lado, as receitas do município ascenderam a 161,7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

milhões de euros, salientando que as provenientes do IMT chegaram aos 84 milhões de euros. Em contrapartida, as despesas correntes atingiram os 102 milhões de euros com particular ênfase para as despesas com pessoal, 40,1 milhões, fornecimento de serviços externos, 35 milhões. Por outro lado, estranhámos que as ODS não tenham sido colocadas em cada rubrica, à semelhança do documento orçamento para 2023, pois só assim saberíamos identificar melhor das prioridades do Executivo no caminho do desenvolvimento sustentável. Para justificar a falta de capacidade na realização de algumas obras no domínio da habitação, equipamentos sociais e redes de saneamento e águas, a Câmara Municipal apresenta como uma das condicionantes do trabalho realizado, a guerra, os seus efeitos colaterais, que provocaram um aumento do custo de vida, bens essenciais e energia, agravados por uma inflação elevada. Entretanto, a pandemia passou, ou em vias de terminar e deixou de ser desculpa para tudo. Limpeza deficiente, urbanismo não aprovava projetos, as obras não avançavam, o planeamento, deixou passar os prazos na revisão do PDM e perdemos fundos comunitários e a culpa recaía sempre na pandemia. Apesar de todas as crises, o produto interno bruto registou um crescimento de 6,7%, o mais elevado desde 1987. O Governo Socialista arrecadou, em 2022, as maiores receitas de sempre em impostos e o município de Loulé suplantou tudo o que estava previsto e atingiu os 164 milhões de euros, de receitas, na sua grande maioria provenientes do setor imobiliário, derivado das transações ao nível do IMT. Registamos que, quanto maior a crise económica e sanitária, maior são as dificuldades das populações, mais enriquece as empresas do setor energético, bancos e distribuição alimentar, engorda o Estado que arrecada mais impostos, aumenta as receitas correntes da autarquia, que garantem o pagamento da pesada máquina administrativa que, de acordo com a opinião pública, não funciona da melhor maneira, revelando haver algum descontrolo na gestão e na motivação das equipas. As despesas correntes aumentam ano após ano e, em contrapartida, é realizado menos investimento do que 2021. Estranho. Sobrando como tal, reservas bancárias no valor de 84 milhões de euros, de fazer inveja à maioria dos municípios deste país. Votámos a favor do orçamento para 2022, como sinal de que os objetivos comprometidos correspondiam aos nossos objetivos e às nossas expectativas. Advertimos na altura e sabíamos de antemão que seria impossível concretizar tanta obra em tão pouco tempo. Diziam que eu estava enganado, mas acreditávamos que as obras prioritárias seriam iniciadas. Infelizmente, não foram. O PS ignorou as nossas propostas entregues por escrito, no âmbito da elaboração do orçamento da revisão e posterior revisão, assim como as recomendações aprovadas nesta Assembleia Municipal e cito “pagamento de um complemento de subsídio de natalidade consoante o número de filhos”, não fez.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

"Isenção do pagamento de refeições escolares para os alunos e para pré-primária", não fez. "Pagamento dos transportes a alunos do Ensino Superior", não fez. "Construção de uma residência superior", nem falam nela. "Revisão e atualização da estratégia local de habitação, tendo em consideração a crise sanitária e económica", não liga. "Iluminação do ambiente em todos os edifícios municipais", falta completar. "Construção de ciclovias", nem vê-las! "Reabilitação da estrada nacional 270 da rotunda do Cilindro Areias Brancas", não aparece. "Redução de perdas de água, renovação de redes e aquisições de contadores inteligentes", basta ver o relatório. "Construção de um centro de recolha animal para substituição do existente", continua adiado. "Relatório de contas dos principais eventos culturais, desportivos ou outros", continuam por ser entregues. Por outro lado, ao nível da transparência das contas públicas, continuam a existir diversas rubricas sem discriminação, outros e mais outros, diversos, etc. As dívidas ao município não são devidamente justificadas, como na anterior Assembleia aqui que se comprovou, as amortizações das dívidas das empresas municipais seguem o mesmo critério. A acumulação de trabalhos por funcionários camarários, não compreendemos como são autorizadas acumulações com outros serviços a funcionários com cargos de chefia. Parece-nos a nós um bocado absurdo termos um chefe de divisão, um diretor de departamento ou de direção municipal que acumula cargos noutra setor privado. Perante isto tudo, gostaríamos que o Executivo nos pudesse esclarecer sobre aquilo que acabamos de citar. Obrigado.-----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, para esclarecer as questões levantadas que agradeceu a todos os Deputados as questões sempre pertinentes, para conseguir prestar mais alguns esclarecimentos adicionais. Senhora Deputada Carla Gomes, sobre os gastos com pessoal, creio que ficou evidenciado que 78% da variação dependia do salário mínimo nacional, aumentos gerais e depois o remanescente será daquele aumento de quadro, porque nós recebemos, como estava ali assim, na exposição, 96 colaboradores afetos às escolas e, obviamente, isso significa processamento salarial novo que não existia. Sobre a página 26 esteve muito bem em destacar aquilo que é um lapso, somos todos humanos, todos falhamos. O que acontece é que o valor do subsídio de Natal está integrado, está acumulado na linha imediatamente anterior, que é do subsídio de férias e acumulou o valor do subsídio de Natal. Já recebi aqui a indicação da direção de gestão financeira. É um lapso, portanto, será corrigido e agradeço-lhe a identificação desse lapso. Senhor Deputado Márcio Santos, sobre a variação do IMT, ficou ali é evidenciado, tanto é que a prudência que temos da gestão do valor do IMT e percebendo que é volátil, fez com que já no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

orçamento de 2023, eu disse-o na exposição, não incorporámos o total que era permitido por lei, incorporámos apenas 95% da média móvel dos últimos 24 meses. A pior execução orçamental, eu creio que aquele gráfico foi apresentado e até podia voltar a colocá-lo aqui, se calhar rapidamente, só porque falar sobre, às vezes, é diferente do que mostrar sobre. Se repararem, em 2010, 11 e 12, as execuções orçamentais desta casa andavam entre 50% na receita, 49% na despesa, 34% nas Grandes Opções do Plano. Portanto, quando se fala da pior execução orçamental de sempre, em 2022, está muito longe daquilo que eram os valores históricos. Não está naquilo que nós gostaríamos que estivesse, todos nós, não é só quem cá está, mas, efetivamente, há uma execução orçamental tremendamente superior, aquilo que era uma realidade histórica anterior a 2013 e isso fica registado. E por isso é que eu pedi para mostrar novamente o slide. Sobre as transferências correntes, há um aumento muito substancial para as Juntas de Freguesia e eu cheguei a apresentar aqui os valores. Não só este ano, mas já no ano passado, havia várias transferências de competências para as Juntas, e o envelope financeiro que, só no ano passado, foi de 8.6 milhões de euros se a memória não me falha e este ano de 2023 será na ordem de 11 milhões de euros e isso implica mais transferências correntes. Aquisição de serviços e bens muito bem, e ainda bem que me questionaram sobre isso. Aquisição de bens, progrediu e, se formos aos combustíveis, chegaram a aumentar 30% e mais depois do efeito da guerra, gasolina e gasóleo, nós temos mais 468 000 EUR de combustíveis gastos no ano de 2022 versus 2021. Isso representa 97% do aumento de aquisição de bens na Câmara Municipal de Loulé, uma rubrica. No que diz respeito à aquisição de serviços, a progressão de 3.8 milhões de euros, e bem que elencaram, diz respeito a escolas, transportes escolares aumentámos 730 000 EUR, temos mais alunos, temos mais quilómetros, temos mais serviço para os nossos filhos, para os vossos filhos, para os nossos netos. Refeições escolares mais 260 000 EUR. Só aqui temos praticamente 1 milhão de euros de aumento de aquisição de serviços, escolas. Deposição de resíduos sólidos, de um ano para o outro, aumenta da taxa de deposição da Algar, isto também já foi aqui apresentado em várias Assembleias Municipais, 74% de aumento entre 2021 para 2022, de 39,27 EUR a tonelada para 68,27 EUR a tonelada, implicou mais 1 milhão e 300 mil euros de custo para o município e para todos os municípios do Algarve, se forem dissecar as contas dos outros municípios. Outras despesas correntes, até porque o senhor Deputado Carlos Martins, falou sobre os outros, a rubrica de outras despesas correntes, nós não podemos segregar isto noutra rubrica, porque não existe em termos de contabilísticos, outra para refletir, que é os encargos de cobrança de IMT eu já mencionei isso e volto a dizer. Os encargos cobrança de IMT são 2,5% sobre o valor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

total arrecadado pelo município que nós entregamos ao Tesouro do Estado. Quanto maior é o valor do IMT, maior o valor dos outros e só aqui representou mais 470 000 EUR de aquisição de serviços o ano passado, porque entra aqui nesta rubrica. Então, se nós juntarmos tudo isto que acabei de referir, mais o Carnaval que não tinha existido em 2021 e este ano existiu ou existiu em 2021 de forma muito ténue, significa que 90% do aumento da aquisição de serviços está aqui depois, obviamente, há aumentos de custos, quando contratualizamos uma empresa de limpeza urbana, ela está mais cara e isso, se quiserem depois dissecarem melhor algumas das rubricas, cá estamos para isso. Sobre o Deputado Carlos Martins e continuando nas questões que colocou. Muito bem a questão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda da ONU tem que estar cada vez mais naquilo que é a execução orçamental, os dados financeiros, tangibilizar aquilo que é a nossa ação com aquilo que é a linha orientadora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Integrámo-lo pela primeira vez no orçamento de 2023 e a prestação de contas de 2023 já tem essa ligação. Como em 2022 o orçamento ainda não tinha sido definido com base nos ODS, era um trabalho, confessadamente, complexo, hercúleo e, a partir de agora, aquilo que é o compromisso de honra que posso assumir em nome aqui do Executivo é que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todas as prestações financeiras, orçamento e prestação de contas estarão integrados e demonstrados inequivocamente. A revisão da estratégia local de habitação, senhor Deputado, está em curso. Já solicitamos, neste momento temos uma carta ou temos um documento para ser circulado pelos munícipes, para levantamento das carências habitacionais, temos já um pedido de novos inquéritos para atualizar aquilo que foi um levantamento, em 2018, que naturalmente na altura, enfim, era um reflexo das necessidades e agora tem que ser atualizado e já está em curso, já está contratualidade até o serviço de revisão ou está prestes ser adjudicado. Agora não sei dizer, mas já foi solicitado pela equipa da estratégia local de habitação. Relatórios e contas dos principais eventos, sim, estamos até agora só a orçamentá-los, se calhar, teremos que dissecar um pouco melhor para mostrar a execução em função do orçamentado. Tem toda a razão, bem visto. Sobre a acumulação de funções em cargos de chefia, não sei se entende, já agora passaria só momentaneamente a palavra à senhora Vereadora Marilyn Zacarias, com autorização do senhor Presidente da Assembleia.-----

Foi concedida a palavra à Vereadora **Marilyn Zacarias**, que disse ser muito breve. A acumulação de funções está prevista na lei, desde que seja exercida fora do horário deste. É assim, está prevista. Nós, todos os trabalhadores têm acumulação de funções,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

é pedida por escrito e são autorizadas, portanto, pelos chefes, pelos superiores hierárquicos e, finalmente, por mim.-----

O **Presidente da Assembleia**, disse que teriam reparado que passava da 1 hora da manhã. Deixei passar o tempo do Executivo. E aquilo que queria pôr à consideração dos senhores Deputados é se consideram que esta alínea está pronta para ser posta à votação. Caso contrário, ela passará para amanhã. Têm a palavra para se pronunciarem sobre isto os senhores Deputados. -----

O Deputado **Carlos Martins (BE)**, disse que se devia conceder um período excecional.-

O **Presidente da Assembleia**, fez suas as palavras que presumiu serem do senhor Deputado Carlos Martins, que é que se possa atribuir um tempo adicional à Câmara Municipal para que a Câmara possa responder se houver mais questões. Alguém se opõe?-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **Carlos Martins (BE)**, que disse não perceber como é que um diretor, chefe de departamento, que faz avaliações para as finanças do património, consegue fazê-lo fora das horas normais de trabalho. Portanto, é uma questão que eu gostava de saber como é que a senhora Vereadora Marilyn explica que um chefe, diretor de departamento, consiga exercer esta atividade que, ao fim ao cabo, até colide, de certa forma, com o interesse do município e dos munícipes, sendo diretor departamento. Por outro lado, gostaria que neste relatório de 2022 me fosse explicado, realmente, quais foram as despesas que foram feitas nestes eventos, que eu pedi os relatórios. Há pouco vimos que o senhor Presidente diz que já estava orçamentado, agora, estamos na altura da prestação de contas, eu gostava de saber, em relação ao orçamentado, quais são os desvios e o que é que realmente foi gasto ou foi pago para a Assembleia Municipal saber e para cumprir a nossa posição de fiscalização.-----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, para esclarecer o senhor Deputado e afirmou que todos os contratos que foram celebrados com o Carnaval estão, de facto, no mapa. Não há é um acumulado que facilite a leitura que o senhor Deputado está a pedir, entre o que estava orçamentado e o que foi executado. Estava aqui, por exemplo, a ver em tempo real, portanto, daí eu não consigo construir uma melhor resposta para lhe dar do que esta, mas tem razão, aquilo que é orçamentado, em termos de contabilidade analítica, para que possamos acumular aquilo que é os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

investimentos feitos para a promoção de determinado evento, que está orçamentado, pode e deve ser demonstrado na prestação de contas. Eu não consigo encontrar aqui e parece-me que na demonstração financeira, há essa otimização a fazer e agradeço-lhe. Na primeira intervenção já agradeço e reforço o agradecimento por essa nota. Não, o sistema consegue a informação está aqui, mas está desagregada por todos os contratos executados e, se calhar no Carnaval, por exemplo, tem aqui dezenas de contratos. A informação está lá, não está é fácil de ler, tal qual como deveria de estar, numa rubrica agregada. E é aí que eu estou a dizer que concordo consigo, que há uma otimização na síntese da informação a prestar. Portanto, ela está no relatório, acabei por lhe dizer isso. Está em várias páginas do relatório e se pesquisar a palavra Carnaval vai encontrar vários, mas tem razão e eu estou a tomar nota e solicitarei a partir da manhã que assim seja pela direção administrativa e financeira. -----

Foi concedida a palavra à Deputada **Carla Gomes (CDU)**, que disse que gostaria que o senhor Vereador pudesse explicar relativamente às correções dos resultados transitados. Há aqui uma alteração ao período que são correções de erros materiais 1 300 000. Consegue-me dizer o que é que originou esta correção? Obrigada. -----

Foi concedida a palavra ao Vereador **David Pimentel**, que declarou estar a aguardar uma confirmação. Eu não tenho essa informação para lhe dar agora, da mesma maneira que, quando passei pela senhora Deputada, ainda há pouco, e pedi desculpa pelo lapso da última Assembleia ter solicitado informação que ainda não lhe fiz chegar, aliás, não fiz chegar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que depois fará o favor de partilhar consigo. Poderei fazer esse esclarecimento adicional a partir do dia da manhã. Dê-me, por favor, algum tempo para reunir essa informação. Aliás, temos uma Assembleia amanhã. Se essa informação for absolutamente vital para poder pronunciar-se na sua votação, pois eu lamento não poder dá-la agora em tempo real mas, seguramente, será esclarecida assim que eu conseguir dizer o porquê dessas correções materiais. Não sei, com franqueza. -----

O **Presidente da Assembleia**, declarou estarem em condições de passar à votação da proposta do Executivo relativamente ao inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação do ano de 2022 e documentos de prestação de contas de 2022. Registámos com agrado a disponibilidade do senhor Vereador David Pimentel que, no próximo, ano as coisas venham mais discriminadas, nomeadamente em relação aos eventos, como já foi declarado que seria feito e posto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

isso, passaria de imediato à votação. -----

Passou-se à votação; -----

b) - Proposta da Câmara Municipal n.º 749-2023 [DAF] - Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação do ano 2022/ Documentos de Prestação de Contas, Documentos de Prestação de Contas de 2022, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; **foi aprovada por maioria, com 29 votos a favor (21 PS, 7 PSD, 1 CDS) e 5 abstenções (2 CHEGA, 1 BE, 1 CDU, 1 PAN).** -----

O **Presidente da Assembleia**, Senhores Deputados e senhoras Deputadas, amanhã às 21:00, no mesmo local, esta Assembleia terá continuidade.-----

Foi concedida a palavra ao Deputado **João Ferreira (PSD)**, que quis, com todo respeito, deixar uma crítica construtiva. Até porque se entenderem-na como não construtiva, não vamos arranjar uma solução. Em 20 sessões da Assembleia Municipal, tivemos 10 Ordens de Trabalho, ou seja, 10 convocatórias e todas elas prolongadas, perfizeram 20 sessões, ordinárias ou extraordinárias, com a sua respetiva extensão sempre aplicada. Conclui-se assim que todas as Ordens de Trabalho eram para duas sessões e não para apenas uma. Logo a prevalência sistemática nesta quantidade de trabalhos em metade das convocatórias obriga a que o tempo de intervenção do público, é-lhe subtraído precisamente metade do tempo e o mesmo se aplica ao tempo da oposição Antes da Ordem do Dia. Isto o que é que vai obrigar? Vai obrigar a que os Deputados da oposição, principalmente eu digo-vos da oposição porque eu compreendo a outra parte, principalmente ou falam em telégrafo ou ficam sem tempo para abordar as questões. Portanto, o que é que fizemos aqui? Aplicamos o novo Regimento que tem menos tempo, mas acabamos por chegar à 1 da manhã, exatamente com metade da Ordem dos Trabalhos, menos de metade. Eu sugeria, porque não estou aqui a criticar sem apresentar soluções, acho que isso não era de bom senso, mas que seja revisto por toda a gente e, principalmente, pela Mesa, que a Ordem de Trabalhos, se for para duas ou para três, que se faça, essas sessões. Porque é muito importante o que o Executivo traz para aqui, para nós questionarmos, só que depois questionamos e se calhar não tem tempo para responder ou nós não temos, não nos fizemos bem entender numa pergunta, como aconteceu aqui, mas depois não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

temos tempo para falar. E esta parte do debate faz parte da Assembleia, se não houver debate, começamos a fazer coisas por escrito e escusamos de estar aqui. Portanto, eu apelava a que houvesse, e depois a parte do público, e também a parte Antes da Ordem do Dia, porque há outros assuntos que não é só o Executivo que traz para aqui, todos os partidos estão aqui da oposição, principalmente querem trazer, não há tempo depois para discutir. Depois também há moções, etc. Portanto, nesse sentido, e isto já é consistente. -----

O **Presidente da Assembleia**, explicou rapidamente, pois o assunto não é novo, como sabem. E vou voltar a explicar aqui qual é, qual tem sido o princípio da Mesa e que penso que será de continuar a seguir, a não ser que se verifique que haverá um consenso muito alargado sobre isso. Nós temos optado por, sempre que há matérias acumuladas e sempre que se convoca uma Assembleia, tudo o que está para trás, e por deliberar, seja metido na Ordem de Trabalhos. O que acontece é que, muitas vezes, não conseguimos controlar qual é a produção de propostas que saem das reuniões do Executivo, comparativamente, depois com as Assembleias que é preciso realizar. Como sabem, temos Assembleias Ordinárias e temos Assembleia Extraordinárias. As Ordinárias são obrigatórias por lei, é o caso desta e é assim que está previsto e não se podem convocar duas sessões Ordinárias partidas ao meio. Sessão Ordinária, é ordinária. As matérias que estão para a sessão Ordinária são as que constam na lei e mais as que houver penduradas. E se a gente não dá conta do recado numa sessão, temos que a continuar. Sobre as Extraordinárias, e estamos e sempre estivemos abertos em sede de Conferência de Representantes, antiga Comissão Permanente, tal como o Regimento prevê, a Assembleia pode reunir sempre que os Grupos Municipais o entendam propor à Mesa e a Mesa convoca a Assembleia, que é coisa que tem sido feita, reunimos com periodicidade e analisamos esses assuntos. Portanto, não vejo que esteja aqui um grande problema que não seja o de cumprirmos a lei, nós não podemos estar a partir matérias de uma sessão Ordinária em duas sessões Ordinárias. Portanto, ela tem que estar agendada e depois continuar se não a concluirmos. E quanto às outras, se as marcarmos com mais frequência, e mais em cima das matérias que o Executivo tem, isso poderá acontecer. Agora de um momento para o outro, nós temos uma série de reuniões no Executivo, em que não há matéria que tenha que vir à Assembleia e, de um momento para o outro, temos uma série de coisas que são aprovadas e que têm que vir. Penso que, fazendo o balanço desta sessão, não vi que faltasse tempo, para não ser em termos de pormenor, mas já nas outras também sempre faltava. Não vi que houvesse diminuição do debate, não vi que houvesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2021-2025

diminuição da vivacidade. Não vi que houvesse diminuição da livre troca de opiniões, mas em sede de Conferência de Representantes estamos dispostos a analisar essas e outras sessões e, naturalmente que sim, quanto menos assuntos houver, melhor. Não podemos é estar a fazer assembleias todas as semanas, do meu ponto de vista, tanto mais porque isto também, como sabemos, tem encargos para o erário público. De forma que, dosando isto, mas em sede de Conferência de Representantes, estamos abertos a discutir este assunto, como sempre temos discutido todos. E, aliás, eu recorde, não houve uma única situação em Conferência de Representantes, antiga Comissão Permanente, em que tivesse sequer havido uma votação e que não tivesse sido sempre tudo por consenso. Portanto, por consenso, lá chegaremos também. Aliás, por consenso, já tínhamos mais ou menos acordado o sítio onde esta sessão seria interrompida, pensando nós que seria muito próximo da meia-noite e pouco. E mesmo com os novos prazos, foi à hora que foi. Portanto, penso que estamos no bom caminho e estamos abertos, sim, para melhorar cada vez mais. Muito obrigado.-----

O **Presidente da Assembleia**, disse que a Assembleia vai continuar amanhã, quinta-feira, dia 27. Os Deputados que não estavam disponíveis hoje, poderão estar na segunda, portanto irão seguir convocatórias para os Deputados titulares e far-se-á todo o processo de substituição. -----

Agradeceu aos senhores Deputados, ao senhor Presidente e executivo, às pessoas que nos acompanharam em casa, muito obrigado pelo vosso interesse e acompanhamento. -----

O **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, cujos documentos constantes na lista anexa passam a fazer parte integrante, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O 1º SECRETÁRIO em exercício



A 2ª SECRETÁRIA em substituição





CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



(Substituído por dados -> burcode)

Anexo A
Asssembleia Municipal
16/2023
26 04 2023

VOTO DE PESAR

A CDU LOULÉ lamenta o falecimento de Manuel Vitorino Barreto Lami.

Reconhecido dos louletanos pela sua inesgotável e persistente capacidade de trabalho, desde muito menino, calcorreando ruas, vilas e cidades, apregoando jornais e vendendo lotaria;

Reconhecido dos louletanos pelo seu espírito altruísta, acreditando que os prémios da venda das suas lotarias poderiam ajudar a resolver situações económicas difíceis e simultaneamente trazer dinheiro para o concelho;

Reconhecido pela alegria que punha nas festas populares de que era o 1.º participante com a dignidade que as cerimónias exigiam. Basta recordar as suas participações nas **festas religiosas da “Mãe Soberana”, e foi nesta época de celebrações que nos deixou.**

Teve nos seus últimos anos de vida o apoio da prestigiada organização louletana da Santa Casa da Misericórdia.

Paz à sua alma.

A CDU Loulé deixa já aqui a sugestão da atribuição do seu nome a uma rua de Loulé e de Quarteira, vilas e cidades que ele tanto percorreu e que tão bem conhecia.

MOÇÃO *Recomendação*

CHEQUE-LIVRO PARA OS JOVENS DO CONCELHO

Considerando que:

- A cultura e os exercícios recreativos, adaptados em atividades extracurriculares e de lazer, são valências vitais para o progresso intelectual dos jovens, pelo que qualquer incentivo será sempre benéfico para o seu crescimento pessoal e profissional;
- Num tempo em que as dificuldades de muitas famílias se acentuam, integradas no atual contexto económico mundial, e em que o esforço orçamental se concentra noutras áreas, o consumo cultural fica claramente prejudicado, comprometendo uma valência indispensável para o futuro das gerações, na formação de uma sociedade informada, multifacetada e com espírito crítico e de ação, familiarizada com a cultura e a sua oferta;

Considerando ainda que:

- A criação de mecanismos para combater o afastamento dos jovens do seu enriquecimento cultural e social, e que tal é um importante sinal a dar às novas gerações: de que o município de Loulé está ao seu lado no acesso à Cultura;
- Este passo significará uma medida com um impacto positivo no desenvolvimento pessoal dos jovens e das atividades económicas do nosso concelho.

Vem por este meio os membros do PSD na Assembleia Municipal de Loulé:

- Propor que a Assembleia Municipal de Loulé *recomende ao* ~~intervenha junto do~~ executivo da Câmara Municipal de Loulé para que proceda à criação de um Cheque-Livro no valor de 80 euros, a ser atribuído aos jovens no ano civil em que completem 18 anos, a utilizar em livrarias aderentes identificadas pelo município, *relacionada a uma recomendação por parte da Câmara de Loulé*

- Estima o PSD que esta medida vai beneficiar anualmente cerca de 700 jovens e terá um custo total de 56.000€, o que em nosso entender, e face às disponibilidades orçamentais da Câmara Municipal de Loulé, é um montante que facilmente terá enquadramento orçamental favorável, para além de reforçar o trabalho da Câmara Municipal de Loulé no seio das suas responsabilidades e competências.

Loulé, 26 de abril de 2023



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



MOÇÃO

PELA MANUTENÇÃO DA ÁREA DE RECREIO DA ESCOLA EB1 HORTAS DE SANTO ANTÓNIO

O desenvolvimento das cidades não pode passar por boas vontades, desenrascanços, prestatividade, simpatia, amizade, nem a sua volta atrás pode ser considerado “bom senso”, sensatez, siso, tento ou tino.

O desenvolvimento das cidades passa cada vez mais por planificação e planeamento. É disso que Loulé e Quarteira precisam. Não só para as partes novas das cidades, mas muito para as zonas históricas das 2 cidades.

Se a boa vontade, o facilitismo ia beneficiar o acesso dum parque de estacionamento ao restaurante, dezenas de automóveis iriam estacionar em cima de passeios já de si tão estreitos, às portas dos residentes muitos deles idosos, causando graves perturbações às pessoas que lá habitam.

Para evitar este tipo de problemas o PCP Loulé, apresenta a presente moção para que a Assembleia Municipal de Loulé, reunida no dia 26 de Abril de 2023, delibere:

- que não se subtraia ao parque de recreio das crianças da escola básica nenhuma área para acesso a um restaurante;
- que seja efetuado planeamento para a cidade de Loulé que preveja o seu eventual crescimento e que evite a desertificação das zonas históricas da cidade de Loulé;
- que sejam criadas zonas de proteção das escolas primárias, garantindo que as crianças possam percorrer percursos livres de trânsito e com vigilância que os proteja;
- que sejam criados parques de estacionamento subterrâneos ou em silo que devolva zonas pedonais às crianças para brincarem na rua e aos adultos para que possam disfrutar da sua cidade confortavelmente e em condições de segurança;
- que os Presidentes e executivos de Juntas de Freguesia tenham uma voz participativa e activa para não permitir que estes ajustes sejam possíveis afastando-se da cumplicidade destas más decisões e de, sob a capa de desenvolvimento, ir atrasar o verdadeiro desenvolvimento das suas freguesias, da cidade e das populações.
- que esta deliberação seja publicada nos sites da Câmara Municipal e que seja afixada nos locais de afixação de documentos camarários.

A eleita da CDU, Coligação Democrática Unitária

Carla Gomes



CDU – Coligação Democrática Unitária

PDP-PEV



MOÇÃO

Comemorar o 1º de Maio, dia internacional dos trabalhadores

O 1º de Maio em Liberdade, em 1974, constituiu a promoção de um ato de indiscutível legitimação Popular da Revolução de Abril.

Comemoramos mais um aniversário do período histórico que devolveu a liberdade ao povo português. Liberdade de pensamento e expressão, mas também liberdade de organização e de luta.

Ao longo dos últimos 49 anos, o 1º de Maio manteve-se como ponto alto da luta dos trabalhadores Portugueses em defesa das conquistas da Revolução de Abril e da Constituição da República que as Consagrou.

Neste dia, não esquecemos também a luta, o sacrifício e a unidade de trabalhadores que em todo o mundo reivindicaram e continuam a reivindicar melhores condições de trabalho e de vida, na construção de Sociedades mais justas, solidárias e progressistas.

Passado quase século e meio sobre os massacres de Chicago que estiveram na origem das comemorações do 1º de Maio, estas devem ser um momento para valorizar o Trabalho e dignificar os Trabalhadores, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários e pensões, lutar pela efetivação dos direitos individuais e coletivos.

Comemoramos esta data num tempo marcado por uma situação internacional preocupante e dolorosa, e por isso a luta pela Paz é cada vez mais importante e decisiva para todos os povos do Mundo. A sua defesa deverá estar presente nas grandes manifestações que terão lugar no dia 1, dia em que os trabalhadores demonstrarão uma vez mais a sua determinação na defesa do Trabalho digno e com direitos, das funções Sociais do Estado, de um desenvolvimento económico ao serviço de quem trabalha e do País e, sobretudo da Paz.

Assim, propomos a esta Assembleia reunida a 26 de Abril de 2023, que se aprove esta moção e saude o 1º de Maio e as suas conquistas laborais, bem como a Constituição da República Portuguesa - que as consagrou.

A eleita da CDU, Coligação Democrática Unitária

Carla Gomes

DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE A 2022

O ano de 2022, ficou marcado por uma guerra com todas as consequências negativas ocorridas na economia mundial, provocando aumentos nos preços da energia, dos bens essenciais e na inflação prejudicando a maioria das famílias e empresas no país e em particular neste município.

A crise económica, beneficiou essencialmente as grandes empresas do sector da energia e da distribuição, o PIB registou o crescimento de 6,7%, o mais elevado desde 1987, o governo PS recebeu o valor mais elevado de impostos alguma vez atingido e a Autarquia alcançou os 164 M€ de receitas, particularmente oriundos do sector habitacional, imobiliário e turístico (IMI e IMT)"

A situação financeira do município é invejosa, conseguiram um resultado líquido de 27,1 M€, transitaram para reservas bancárias cerca de 84M€, como tal, poderiam ter ido mais longe no apoio social às famílias, na resolução da emergência habitacional verificada em todo o concelho; na construção de equipamentos sociais (creches e lares), redes de saneamento básico na EN125/ Benfarras, no ambiente e na mobilidade. Verificamos com desagrado, e no IMI que os custos associados a estas rubricas, são irrelevantes, tendo em consideração ao volume total das receitas 164 milhões de euros, na sua maioria proveniente do sector imobiliário e turístico. No IMIT 84 M€ e no IMI 28,6 M€.

A política de recursos humanos continua assente numa premissa errada de que quanto maior for o número de trabalhadores (atualmente 2059) mais fácil será dar resposta às solicitações dos munícipes e empresas. A realidade comprova que estavam e continuam errados. Sem uma estratégia que defina quais os sectores onde se deve investir em RH, sem chefias competentes e motivadas, não é possível alcançar o êxito desejado. As "despesas com Pessoal" apresentaram um crescimento de 4,6% em relação ao ano anterior, totalizando 41,2M€. Apesar do crescimento das despesas em recursos humanos, continuamos a aumentar o recurso ao fornecimento externo

Por outro lado, o recurso sistemático à "prestação de serviços externos" não tem melhorado a qualidade dos projetos, nem a rapidez da resposta, muito menos o cumprimento dos prazos contratuais, como é o caso da revisão do PDM. Em relação a 2021 verificou-se um aumento significativo deste expediente, passou de 31 para 35 milhões de euros.

O PS acordou tarde para os verdadeiros problemas (habitação, Lares e Creches, Circular Loulé, Saneamento e Águas, etc) deste concelho e sem planeamento, apesar de muita vontade e muito dinheiro disponível não vai apresentar trabalho feito que consiga manter a fidelidade do voto nas próximas eleições. Nunca é demais relembrar que durante o período de gestão socialista (2013/22) o Município de Loulé arrecadou receitas, num valor superior a 1.500 milhões de euros. Tanto dinheiro, tanto tempo perdido, tanta promessa repetida, tantos eventos e tão pouca obra realizada - não conseguiu entregar um único fogo construído por iniciativa da câmara, ou lar, creche ou centro de dia. É obra!

Quase 50 anos passados a revolução de abril, no município mais rico do Algarve, com um orçamento perto dos 190 milhões de euros, com receita superior a 125 milhões euros

em "impostos diretos" (IMI e IMT), continuamos a verificar que as principais preocupações e prioridades para as populações continuam adiadas

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente o Orçamento para 2022, O PS falhou nos compromissos assumidos, ignorou por completo as propostas por nós apresentadas e após análise dos documentos, optamos pela **ABSTENÇÃO** na votação do Relatório da Prestação de Contas referente ao ano de 2022.

Loulé 26 de abril de 2023



Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

(Carlos José da Silva Martins)